

## Quem disse ?

«Quando um ser humano é discriminado, estamos a pôr em causa a dignidade de todo e qualquer ser humano»

**José Leitão**  
Diário de Notícias, 9 de Abril

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1060 • 13 ABRIL 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Previsões da Comissão Europeia

### Economia portuguesa em acelerada expansão

A Comissão Europeia confirmou as mais importantes previsões do Governo e até procedeu a uma revisão em alta do crescimento económico do país para o corrente ano. No Orçamento de Estado de 2000, o ministro das Finanças e da Economia partiu da estimativa de um crescimento na ordem dos 3,3 por cento. Agora, no entanto, a Comissão Europeia prevê que Portugal venha a crescer mais 0,3 por cento, ou seja, 3,6 por cento.

Caso se confirme um crescimento económico desta ordem, Portugal continuará a ter um percurso de convergência real com a média dos países da União Europeia. No seu conjunto, os Quinze deverão crescer 3,4 por cento este ano. Por outro lado, com uma taxa de crescimento na ordem dos 3,6 por cento, haverá inevitavelmente um impacto na descida do desemprego.

Outra conclusão importante revelada pela Comissão Europeia é a melhoria qualitativa verificada no crescimento económico nacional. Antes o crescimento estava em parte significativa baseado no aumento do consumo interno. Porém, no ano 2000, prevê-se que o aumento das exportações nacionais constituam o verdadeiro motor do crescimento económico.

Desmentindo as ideias que têm sido propagadas pelas oposições, sobretudo após o recente aumento dos combustíveis, a inflação homóloga de Março não ultrapassa os 1,5 por cento. Ou seja, tal como prevê o Orçamento de Estado de 2000, a inflação portuguesa deverá situar-se nos dois por cento.

Num comentário ao relatório da Comissão Europeia, o primeiro-ministro disse estar perante «previsões muito interessantes», algumas delas mais optimistas do que as feitas pelo seu Governo.

## Um objectivo central do PS

# Luta pela coesão social

O Grupo Parlamentar do PS realizou as suas primeiras Jornadas Parlamentares da presente legislatura nos Açores, segunda e terça-feira. Como sublinhou o líder da bancada socialista, tratou-se de uma homenagem ao contributo do Governo Regional dos Açores para a reconciliação dos portugueses com o princípio democrático da autonomia regional. Ao longo dos dois dias de debate, estiveram em Ponta Delgada os ministros do Planeamento e do Trabalho e da Solidariedade. Elisa Ferreira sublinhou a importância dos investimentos da União Europeia nos Açores, na ordem dos 400 milhões de contos, enquanto Ferro Rodrigues denunciou o discurso da direita populista em relação ao fenómeno da pobreza, que disse apenas ter como finalidade manipular consciências para fins eleitorais.



### União Europeia

#### Ecofin Aproximação de impostos europeus deu os primeiros passos



Os Quinze começaram no dia 8, em Lisboa, a ver «uma luz ao fundo do túnel» na espinhosa aproximação de certos impostos na União Europeia (UE), um passo fundamental para a sã concorrência económica e financeira no mercado único europeu.

### Sociedade & País

#### Presidência Aberta Florestas O imperativo da cooperação



O Presidente da República quer que os portugueses tomem consciência de que só dependem de si próprios para consolidar o desenvolvimento do País até 2006. É que os apoios financeiros da União Europeia não são eternos.



## e-Europa

Decorreu esta semana em Lisboa, inserida no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, a Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Presidida por Mariano Gago, a reunião juntou diversos membros de Governos da UE, da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimentos, especialistas e representantes de empresas.

A crescente necessidade de afirmação da Internet como rampa de lançamento e afirmação da Europa no mundo, sobretudo como contraponto ao enorme desenvolvimento dos Estados Unidos nesta matéria, foi uma das preocupações mais debatidas.

Hoje, é já aceite por todos que a informação e conhecimento vão ser as ferramentas básicas para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego no futuro. A tomada de consciência deste facto é, por si só, alarmante face aos atrasos que se verificam relativamente aos Estados Unidos, onde o investimento nestas matérias e a circulação de produtos é muito maior, razão pela qual a UE vai investir, nos próximos quatro anos, 80 milhões de euros em tecnologias de informação e comunicação (TIC) e redes de investigação.

Neste contexto, a reunião de Lisboa assume um papel fundamental visto ter permitido preparar o Plano de Acção Europeu (e-Europa), a aprovar no Conselho Europeu do próximo mês de Junho, e responder a um objectivo político da construção europeia, na medida em que «a política deve estar em primeiro lugar, para defender o interesse público e combater as manifestações isolacionistas, por vezes mesmo antidemocráticas, xenófobas ou racistas que ameaçam o desenvolvimento europeu».

Este e-Europa que deverá mobilizar toda a Comunidade, poderá ser a opção certa para a criação de mais e melhor emprego no espaço da UE. A Sociedade de Informação tem de ser acessível a todos e combater o fosso que se está a criar entre aqueles que dominam as novas tecnologias e os info-excluídos, pelo que é necessária uma «alfabetização tecnológica» que passa necessariamente pela educação e formação dos cidadãos.

As novas tecnologias não podem esquecer ninguém, devendo permitir a sua utilização por pessoas com diferentes capacidades. Se as novas e emergentes tecnologias não forem acessíveis, os indivíduos com necessidades especiais ficarão sempre consignados a um estatuto secundário na Sociedade de Informação, vindo as suas incapacidades físicas exacerbadas pelas barreiras tecnológicas.

Por isso a meta para os próximos quatro anos, de uma taxa mínima de penetração nacional na ordem dos 50 por cento da Internet, deve ser assumida como «objectivo colectivo» já que «uma sociedade de informação e do conhecimento quer-se fundada por cidadãos livres e informados», pelo que o uso generalizado das TIC e sobretudo da Internet reforçam a dimensão de liberdade enraizada no modelo social europeu.



## O GRANDE DEBATE

A primeira página da edição de 15 de Abril de 1982 do «Acção Socialista» era integralmente ocupada com o debate entre os líderes dos quatro maiores partidos portugueses realizado na RTP e moderado por Margarida Amarante. Eram eles Mário Soares (PS), Francisco Pinto Balsemão (PSD), Álvaro Cunhal (PCP) e Freitas do Amaral (CDS). O «AS» dava então conta que o camarada Mário Soares havia demonstrado perante o País que era a AD que estava a bloquear o processo de revisão constitucional. «Independentemente do mérito ou demérito político de cada uma das intervenções, há que reconhecer que o debate entre os líderes dos quatro grandes partidos portugueses serviu para prestigiar a democracia», lia-se no órgão oficial dos socialistas, dirigido pelo camarada Alfredo Barroso, e composto, revisado e impresso na CEIG, no Dafundo.

J. C. B.

15 de Abril

### Quem disse?

«A despeito do catastrofismo cultivado pela direita, a esquerda francesa conseguiu, em dez meses, travar o desemprego e a inflação e manter os grandes equilíbrios orçamentais permitindo ao mesmo tempo aos mais desfavorecidos viverem melhor»

**Guy Perrimon**, chefe de redacção do semanário «L'Unité»



## Cartão de Utente «Diário da República» publica obrigatoriedade

O decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de apresentação do cartão de identificação de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi publicado no «Diário da República» na passada sexta-feira, dia 7.

De acordo com o diploma, a não exibição do cartão perante as instituições de saúde «não pode em circunstância alguma pôr em causa o direito à protecção na saúde constitucionalmente garantido», pelo que a sua não apresentação não pode nunca ser impeditiva da prestação de cuidados.

À excepção das taxas moderadoras, explicita o texto, não é cobrado ao utente devidamente identificado qualquer importância, quando devida, relativa às prestações de cuidados.

A mesma disposição aplica-se aos utentes que não apresentem o cartão desde que estes «façam prova, nos dez dias seguintes

à interpeleção para pagamento dos encargos com os cuidados de saúde prestados, de que são titulares ou requereram a emissão do cartão de utente» do SNS.

De acordo com dados divulgados no início de Fevereiro pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, à Comissão Parlamentar de Saúde, a taxa de cobertura do cartão atinge 100 por cento dos 340 245 utentes inscritos na Região de Saúde do Algarve, abrangendo já também 92 por cento dos 2 771 685 utentes da zona Norte.

Já na Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a taxa de cobertura do cartão não ultrapassa os 68,9 por cento dos 2 218 873 utentes inscritos.

Na região centro, o cartão foi já distribuído a 83 por cento dos 1 922 437 utentes do SNS, enquanto no Alentejo essa distribuição desce para 78,7 por cento dos 347 444 utentes inscritos.

## «The Economist» Portugal é sétima economia mais globalizada

Portugal tem a sétima economia mais globalizada do mundo e sétima economia em mais rápido processo de globalização, revelou sexta-feira, dia 7, o «The Economist», divulgando um estudo da consultora A.T. Kearney.

O índice de globalização afere a abertura das economias ao comércio e investimento, a notação de crédito às instituições do país, a importância do turismo, entre outros factores.

Singapura, para já, é a economia mais global, seguindo-se a Irlanda e os Estados Unidos.

À frente de Portugal estão apenas, para além dos três primeiros, o Reino Unido, a

Nova Zelândia e a Itália.

Mas as Filipinas, em termos de rapidez no processo de globalização, lideram o ranking que analisa o que esteve em curso nas diversas economias entre 1993 e 1997.

A Argentina, a Hungria, a China, a Polónia e Singapura, por esta ordem, também caminham mais rapidamente que Portugal para a economia global.

A Malásia, o México, a Indonésia, a Turquia e o Egipto figuram entre os países que naquele período deram passos para trás no processo de globalização, tornando-se, portanto, economias menos integradas no todo mundial.

## Governo açoriano estuda possibilidade de dinamizar aulas de pesca nas escolas

O Governo Regional dos Açores pondera a possibilidade de serem ministradas aulas sobre a actividade pesqueira no ensino secundário no arquipélago, anunciou o director Regional das Pescas. Hélder Silva, que falava na XIX Semana das Pescas dos Açores, que decorreu na Horta, reconheceu a importância desta iniciativa, acrescentando que, para já, vai ser criada uma comissão para estudar a possibilidade de concretização da ideia. «Trata-se de uma medida importante, porque o sector das pescas está em franca expansão», disse o director Regional das Pescas.

A ideia de existência de aulas sobre pesca no ensino secundário nos Açores fora lançada, durante os trabalhos da XIX

Semana das Pescas, por um armador que se disse preocupado com «o desinteresse demonstrado pelos estudantes em relação a esta actividade» e com «a crescente falta de mão-de-obra existente no sector». Gui Menezes, investigador do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores defendeu, igualmente, a existência de aulas de pesca nas escolas da região, sublinhando que quando estava no ensino secundário na Horta frequentou uma disciplina relacionada com a actividade.

Aquele cientista lamentou, porém, que a disciplina tenha sido abolida na sequência da saída do professor que dinamizava as aulas.

## LUTA PELA COESÃO SOCIAL – UM OBJECTIVO CENTRAL DO PS

O Grupo Parlamentar do PS realizou as suas primeiras Jornadas Parlamentares da presente legislatura nos Açores, segunda e terça-feira. Como sublinhou o líder da bancada socialista, tratou-se de uma homenagem ao contributo do Governo Regional dos Açores para a reconciliação dos portugueses com o princípio democrático da autonomia regional. Ao longo dos dois dias de debate, estiveram em Ponta Delgada os ministros do Planeamento e do Trabalho e da Solidariedade. Elisa Ferreira sublinhou a importância dos investimentos da União Europeia nos Açores, na ordem dos 400 milhões de contos, enquanto Ferro Rodrigues denunciou o discurso da direita populista em relação ao fenómeno da pobreza, que disse apenas ter como finalidade manipular consciências para fins eleitorais.



«A realização das Jornadas Parlamentares nos Açores corresponde a uma genuína manifestação de homenagem ao trabalho que tem sido desenvolvido pelos socialistas açorianos e pelo Governo Regional» liderado pelo camarada Carlos César. Assim justificou o presidente do Grupo Parlamentar do PS, camarada Francisco Assis, a escolha dos Açores para receber esta iniciativa. Francisco Assis sublinhou depois a admiração de toda a bancada socialista pelo acção desenvolvida pelo Governo Regional de Carlos César, tanto no que respeita ao desenvolvimento verificado nos últimos quatro anos, como pela valorização do princípio da autonomia regional. «O país inteiro tem uma enorme dívida de gratidão em relação a Carlos César, porque reconciliou Portugal com o princípio da autonomia regional», disse, para logo a seguir evidenciar os perigos do fenómeno do populismo.

Francisco Assis identificou também uma das principais diferenças entre os socialistas e os partidos de direita. O combate à pobreza é talvez um dos temas em que as convicções profundas do PS mais o diferenciam das restantes organizações políticas. Ideia que foi igualmente partilhada pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que também lançou um duro ataque ao populismo e demagogia das forças de direita, que apenas se servem do discurso político para fins eleitorais. De acordo com Ferro Rodrigues, nos últimos seis meses de Governo, as forças da direita têm levantado algumas dificuldades ao

Governo, sobretudo, pelo seu estilo de actuação populista. Face a esta realidade, o ministro do Trabalho e da Solidariedade defendeu que o Governo e o Grupo Parlamentar do PS necessitam de evidenciar a sua autonomia estratégica, evitando que alguma vez se confunda diálogo e abertura por parte dos socialistas com cedências políticas.

«O Grupo Parlamentar do PS representa metade da Assembleia da República. Não somos nós quem tem de se aproximar das forças mais à esquerda ou à nossa direita. São eles que se têm de aproximar de nós», realçou o camarada Ferro Rodrigues.

### 300 mil novos empregos

Desde que o PS está à frente do Governo, segundo o ministro do Trabalho e da Solidariedade, foram já criados cerca de 300 mil novos empregos. Novos postos de trabalho que não surgiram apenas como um resultado do crescimento económico do País, mas, também, devido às políticas activas de emprego seguidas desde 1996. Depois, Ferro Rodrigues atacou a estratégia dos partidos de direita, no sentido de menorizarem e, inclusivamente, até levantarem dúvidas sobre a utilidade do rendimento mínimo garantido. O membro do Governo deu como exemplo a apresentação de dados falsos, como a alegada ideia do partido de Paulo Portas de que são os jovens, com capacidade para trabalhar, os principais beneficiários do rendimento mínimo garantido. Pelo contrário, de acordo com o ministro, do total de beneficiários do rendimento mínimo,

apenas dez por cento são jovens em idade activa para trabalhar.

«O populismo traduz-se numa atitude de enorme desconfiança em relação à pobreza, porque essas forças políticas são incapazes de fazerem campanhas proporcionalmente idênticas contra fraudes fiscais e fugas ao fisco por parte de profissões liberais», denunciou Ferro Rodrigues, sublinhando, estes partidos de direita «tratam a pobreza como se fossem uma massa de manobra». As conclusões das Jornadas Parlamentares dos Açores foram lidas pelo vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS Medeiros Ferreira. No documento das conclusões, refere-se que as jornadas «decorreram num clima de debate e entendimento apanágio da forma de encarar a vida do Partido Socialista. Este aspecto foi o primeiro a ser posto em relevo pelo presidente da direcção do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, que chamou a atenção para o facto da liberdade de debate e de opções no interior do grupo – características sempre positivas – jamais ter sido factor de instabilidade política e muito menos governamental, quer na VII, quer na VIII legislaturas.

### Cooperação perfeita com os Açores

Na sessão de abertura, o presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores na Assembleia Legislativa Regional, Fernando Menezes, sublinhou a mais-valia que representa para o País a prossecução da fase da autonomia cooperativa entre a região e a República, bem simbolizada na articulação entre o primeiro-ministro, António

Guterres, e o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

Depois, o cabeça-de-lista pelos Açores nas últimas eleições legislativas, Medeiros Ferreira, chamou a atenção para os serviços prestados ao Estado pela Região Autónoma dos Açores com a soma de atribuições que há três décadas atrás eram quase todas da responsabilidade do Estado Central com os encargos orçamentais inerentes. Por outro lado, segundo Medeiros Ferreira, com a criação da Região Autónoma dos Açores, as ilhas mais populosas e ricas aceitaram partilhar despesas com as ilhas mais débeis, conseguindo-se assim avançar no objectivo de um desenvolvimento equilibrado.

A abrir a sessão dedicada ao tema das ultra periferias, coordenada pelo deputado Manuel dos Santos, quer a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, quer o secretário regional das Finanças, Roberto Amaral, apresentaram o actual contexto da elaboração comunitária e nacional dos apoios específicos a prestar a estas regiões no âmbito da União Europeia. Concluiu-se então que a aplicação de políticas comuns nas regiões ultraperiféricas não pode resultar em situações que limitem as possibilidades de crescimento das actividades económicas que constituem a sua principal base produtiva, como é, por exemplo, a produção agro-pecuária nos Açores.

Ainda nesta tónica das ultraperiferias, apurou-se que os investimentos comparticipados pela União Europeia nos Açores cifram-se em mais de 400 milhões de contos entre 2000 e 2006, conforme o quadro apresentado pela ministra Elisa Ferreira e corroborado pelo secretário regional das Finanças.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, afirmou no dia 8, em Fornos de Algodres, Guarda, que não está prevista qualquer alteração da Lei das Finanças Locais (LFL) quanto ao aumento das verbas a transferir para os municípios. O governante, que falava na inauguração do novo posto da GNR desta vila, acrescentou que «vai haver uma readaptação dos recursos no montante global, que deve compensar os pequenos municípios», adiantando que «o mesmo aconteceu com o Orçamento do Estado de 1999 e vai acontecer no ano em curso, em que foi feita uma correção excepcional já em fase de debate na especialidade na Assembleia da República».

Segundo disse, essas alterações visam «compensar os pequenos municípios, que têm despesas correntes fixas e receitas correntes frágeis».

Referiu ainda que de 1995 a 2000 as transferências financeiras para os municípios aumentaram 57,5 por cento «sem qualquer adicional de transferência de competências», enquanto que para as Juntas de Freguesia esse aumento foi de 115 por cento.

Fernando Gomes afirmou que Lisboa, Setúbal e Porto são as áreas de maior criminalidade, ao contrário de Fornos de Algodres, que definiu como «concelho calmo», e frisou que o investimento de 140 mil contos na construção do novo quartel da GNR deve ser considerado como «um prémio».

«Há que combater a criminalidade onde ela está, mas impedir que aqueles que são os concelhos pacíficos do País venham amanhã a ser os sofrendores desta pressão que se faz em municípios onde a criminalidade é maior», sublinhou.

**AMBIENTE**

O ministro do Ambiente, José Sócrates, garantiu terça-feira, dia 11, que o aterro de Bigorne pode avançar, mesmo sem as parcelas que estão pendentes de decisão judicial.



«O tribunal deu várias vezes razão à Associação de Municípios e só em cinco ou seis parcelas deu razão a alguns proprietários. Houve recurso e o aterro vai avançar, podendo até não incluir essas parcelas», declarou o ministro, que

encerrou em Sever do Vouga, Aveiro, a última lixeira do centro do País.

O governante congratulou-se ainda «por as essas compreenderem que os aterros são necessários».

«Noto que a questão ambiental foi posta de parte e que as pessoas reconhecem que o aterro é preciso, colocando agora a questão da propriedade. Quanto à violação da propriedade, deixem os tribunais decidir», comentou.

Sócrates disse não aceitar que o interesse de uma centena de pessoas se sobreponha ao de 125 mil que vão ser servidas na área pelo aterro.

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O secretário de Estado da Comunicação Social defendeu, no dia 10, em Vila Real, uma redução do financiamento do porte pago dos jornais, para acabar com situações de concorrência desleal entre a imprensa regional escrita.



Arons de Carvalho esteve em Vila Real para debater com os representantes dos jornais e rádios do distrito as novas leis previstas pelo Executivo socialista na área da Comunicação Social, nomeadamente o novo sistema de incentivos e da organização das rádios.

O governante considera que o actual sistema de incentivos à Imprensa, nomeadamente o porte pago aos órgãos de comunicação regionais, tem levado a uma situação de concorrência desleal.

«Verificam-se actualmente situações em que alguns jornais não fazem qualquer esforço para uma qualificação do seu trabalho, nomeadamente a nível da contratação de profissionais, e que não procuram a subscrição de mais assinaturas, mas apenas se preocupam com a sua tiragem, para desta forma angariarem mais publicidade», explicou.

Para Arons de Carvalho o porte pago deve continuar a existir, mas não na sua totalidade.

«A obrigatoriedade de terem de pagar mais levará a uma situação de concorrência mais leal entre as empresas jornalísticas», frisou.

Na sua opinião deverá haver, numa primeira fase, um corte de apenas 15 por cento, para se analisar a reacção do mercado, depois se possível procede-se a uma maior diminuição do financiamento.

No entanto, este responsável salientou a

necessidade de haver uma ajuda financeira percentual para a distribuição grátis dos jornais por associações de caridade e empresas publicas, entre outras.

**COMUNIDADES**

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, apresentou, no dia 6, os dez finalistas do I Festival Jovem das Comunidades Portuguesas, iniciativa que será transmitida em directo, em 26 de Maio, para milhões de lares em todo o mundo.

José Lello informou quinta-feira à noite, em Matosinhos, que os dez finalistas deste festival de música foram seleccionados de um grupo de cem candidatos, todos obrigatoriamente luso-descendentes, e que os critérios de escolha «foram apenas os da qualidade».



«Não foram tomadas em conta questões burocráticas como a distribuição geográfica das selecções. Os seleccionados foram-no apenas pela qualidade da letra e da música que apresentaram», frisou, num jantar onde estiveram ainda presentes vereadores da Câmara de Matosinhos, onde decorrerá o festival.

A escolha deste concelho ficou a dever-se, segundo o secretário de Estado, ao facto de ter sido pelo Porto de Leixões que «muitos emigrantes da Região Norte abandonaram Portugal em busca de uma vida melhor» e de Matosinhos ser liderado «por um jovem presidente, Manuel Seabra».

O Festival Jovem das Comunidades Portuguesas será transmitido em directo e em simultâneo pelo Canal 1, RTP Internacional, RTP África e pelos centros regionais dos Açores e da Madeira da televisão pública, atingindo um total de cerca de 20 milhões de televisores em todo o mundo.

Os finalistas, todos descendentes de portugueses emigrados, são oriundos do Canadá, Estados Unidos, Moçambique, Austrália, França, Suíça e Alemanha e terão de cantar obrigatoriamente em português.

Segundo José Lello, o festival permitirá aos jovens conhecer «uma realidade diferente da sua cultura de origem, moderna e atractiva, que em muitos casos não corresponde à imagem que lhes foi transmitida pelos pais, a de um País bucólico e rural de há várias décadas».

**DEFESA**

O ministro da Defesa, Castro Caldas, inaugurou, no dia 11, no Museu Militar do Porto, uma exposição sobre a Guerra Colonial que visa «aproximar as gerações que viveram o conflito aos que já não o conheceram».

Em comunicado, a Liga dos Amigos do Museu Militar recorda que a Guerra Colonial «afectou directa ou indirectamente a vida de centenas de milhares de portugueses durante mais de uma década» e que «provoca ainda muitas emoções em toda a geração que nela esteve envolvida».

«Pelo contrário, nas gerações após 25 de Abril a indiferença, as interrogações e a falta de informação imperam», acrescenta a Liga, segundo a qual a exposição visa «promover a aproximação entre estas gerações, fomentando um esclarecimento aberto e descomplexado desta fase da história de Portugal».

**JUSTIÇA**

O ministro da Justiça, António Costa, considerou, «positiva», no dia 10, em Lisboa, a nomeação de 55 novos procuradores-adjuntos para 45 comarcas do País onde «havia carência de magistrados do Ministério Público (MP)».



«O Conselho Superior do MP já procedeu à colocação desses 55 novos magistrados nas diferentes comarcas», disse António Costa, lembrando que também recentemente 60 novos juizes foram indicados pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) para outras tantas comarcas do país.

Os novos magistrados do MP estão nomeados para Loures, Vila Nova de Gaia, Beja, Monção, Oeiras, Angra do Heroísmo, Santarém, Tondela, Marinha Grande, Tomar, Vila Franca de Xira, Mafra, Seixal, Silves, Santa Maria da Feira, Paços de Ferreira, Penafiel, Barreiro, Vale de Cambra, Braga, Lousada, Santa Comba Dão, Mangualde, Setúbal, Gondomar, Ponte de Lima, Barcelos, Maia, Estremoz, Cinfães, Tavira, Loulé, Funchal, Castro Daire, Chaves e Trancoso, entre outras comarcas.

Relativamente a eventuais atrasos nas formalidades ligadas à entrada ao serviço desses magistrados, o titular da pasta da Justiça frisou que, tanto no caso dos juizes como dos magistrados do MP, o «processo de nomeação e colocação compete aos



PELO PAÍS

Governança Aberta

(respectivos) Conselhos Superiores». Estes magistrados beneficiaram do encurtamento do período de formação no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), uma das medidas excepcionais avançadas por António Costa para suprir a falta de juizes e de magistrados do MP nos tribunais. Segundo cálculos feitos pelo governante, mesmo depois da entrada destes novos 55 magistrados do MP será preciso colocar mais 90 magistrados na rede judiciária.

PESCAS

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, defendeu, no dia 7, em Tavira, a regulamentação da pesca lúdica, «a maior concorrente do pescador profissional».



«Temos de legislar a curto prazo sobre a pesca lúdica, pois actualmente o maior concorrente do pescador profissional é aquele que, com o seu barco, se dedica aparentemente à pesca de lazer mas que vai vender o produto da pesca a restaurantes à margem do circuito comercial», disse Apolinário. O secretário de Estado das Pescas, que falava aos jornalistas à margem das jornadas sobre «Qualidade e comercialização dos produtos piscícolas», sublinhou ainda que esse tipo de pescador «funciona como concorrente desleal em relação aos pescadores profissionais». Em relação à aquicultura, José Apolinário revelou que é objectivo do Governo, nos próximos seis anos, duplicar o seu peso na pesca nacional. «É nosso objectivo passar dos actuais 5 por cento para o dobro», precisou Apolinário. Para isso, segundo referiu, o Executivo socialista vai manter o apoio previsto nos fundos comunitários, designadamente no âmbito do programa Propesca. O secretário de Estado revelou que nos próximos seis anos (2000/2006) o Governo prevê investir no sector das pescas cerca de 73 milhões de contos, no âmbito de apoios nacionais e comunitários. Em termos da chamada «pequena pesca», José Apolinário afirmou que o Executivo vai reforçar a verba no âmbito do sistema de incentivos através de fundos nacionais e que vai apoiar, até 50 por cento, a reconversão de projectos de motores a gasolina para diesel.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, prometeu, no dia 9, em Vilamoura, uma melhoria das condições de investigação médica em Portugal, através da criação de incentivos, apoios e prémios aos investigadores nacionais.



A governante falava à Comunicação Social, à margem da sessão de abertura do XXI Congresso Português de Cardiologia, que domingo se iniciou no Algarve, com a presença de 1 500 médicos. «A investigação cardiológica é tão importante como em outras áreas da medicina e está mais desenvolvida do que infelizmente pensa a população em geral», sublinhou.

Manuela Arcanjo respondia a declarações do presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC), Martins Correia, segundo o qual a investigação no País «não é brilhante».

TRABALHO

O ministro do Trabalho e Segurança Social, Ferro Rodrigues, anunciou quinta-feira, dia 6, em Aveiro, que serão disponibilizados 41 milhões de contos para apoiar iniciativas locais de criação de emprego.

Na abertura do seminário sobre desenvolvimento local, cidadania e economia social, que decorreu no Europarque no âmbito da Presidência Portuguesa, Ferro Rodrigues disse estarem destinados 41 milhões de contos para apoiar a iniciativa empresarial de desempregados ou de pessoas com empregos precários.

«O apoio às micro e pequenas empresas e à criação do próprio emprego, em áreas como os serviços de proximidade, o património, o artesanato, a cultura ou o ambiente, para além de garantirem a criação efectiva de postos de trabalho, contribuirão para o desenvolvimento dos territórios em que se localizam», afirmou.

Outra «importante novidade», segundo classificou o próprio ministro, é a reserva de oito milhões de contos para «apoio ao desenvolvimento cooperativo», no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

A medida tem como objectivo a dinamização do cooperativismo, enquanto gerador de emprego, apoiando a constituição de novas cooperativas e a

modernização das já existentes.

O movimento cooperativo e mutualista é tido como a primeira expressão de «economia social», com raízes na resistência à industrialização.

Através dele as cooperativas e mútuas procuraram enfrentar os problemas sociais, nomeadamente a insegurança dos operários, as dificuldades no crédito, ou melhorar a habitação e os níveis de consumo.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo anunciou no domingo, dia 9, em Famalicão, que vai ser apresentada uma proposta ao Conselho de Ministros (CM) para a consagração da gastronomia como património nacional.

Vítor Cabrita Neto, que falava na sessão de encerramento do XI Congresso de Gastronomia do Minho, informou que «nos próximos dias vai ser apresentada em CM uma proposta de consagração da gastronomia como património nacional».

Para o governante, esta resolução vai «sublinhar o interesse sociocultural da gastronomia, mas também o interesse económico na sua vertente de produto turístico e de restauração».

A valorização de produtos e do turismo são, para Cabrita Neto, as considerações que o CM vai ter em conta para «atribuir à gastronomia tradicional um estatuto enquanto bem material e do património».

«O recetário tradicional português e os produtos agro-alimentares nacionais são

relevantes para a identidade e memória colectiva», enfatizou Cabrita Neto, razão pela qual a Secretaria de Estado vai criar um grupo de trabalho para «abrir novas possibilidades».



«O grupo de trabalho vai elaborar até ao final do ano um relatório para propostas de entidades com vista à qualificação da gastronomia como bem nacional e para formar medidas de defesa da gastronomia», salientou Cabrita Neto.

O secretário de Estado do Turismo adiantou ainda que, no âmbito do III QCA, vai ser criada «uma medida de apoio financeiro para congresso e promoção da gastronomia nacional, entendida como uma soma das gastronomias regionais».

CONSELHO MINISTROS

Reunião de 6 de Abril

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei da organização da investigação criminal;
- Um decreto-lei que regula a prevenção e a proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização de Tróia;
- Uma resolução que aprova os termos do contrato de investimento relativo a um projecto de financiamento a realizar na Península de Tróia, a celebrar entre, por um lado, o Estado e outras entidades públicas e, por outro lado, a Imoarea, SA, a Sonae, SGPS, SA, a Sonae Turismo, SGPS, SA, a Gest Holding, SGPS, SA, a Solinca, SA, e a Orbitur, SA
- Uma resolução que autoriza a participação de Portugal no «Trust Fund» do Banco Mundial para apoio a Timor-Leste, fixando a respectiva contribuição;
- Um decreto-lei que fixa o regime de pagamento de custas e de patrocínio judiciário dos membros do Governo quando demandados em virtude do exercício das suas funções;
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime dos limites máximos de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas alimentares destinados à alimentação humana ou, ainda que ocasionalmente, à alimentação animal, transpondo para a legislação nacional a respectiva directiva europeia;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 78-A/98, de 31 de Março, criando inerência de cargo de administrador do IAPMEI, com o de gestor da rede nacional dos CFE;
- Uma resolução que cria a Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários;
- Uma resolução que alarga o período de funcionamento do Programa de Incremento do Turismo Cultural até 31 de Dezembro de 2003;
- Uma resolução que reconduz o coordenador do Programa de Incremento do Turismo Cultural;
- Uma resolução que reconduz no Conselho de Administração da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, como vogal, Carlos Martins Robalo, nos termos do disposto no artigo 23.º do decreto-lei n.º 187/95, de 27 de Julho;
- Uma resolução que exonera, a seu pedido, Pedro Manuel de Almeida Gonçalves do cargo de vogal do Conselho de Gerência da ML – Metropolitano de Lisboa, EP com efeitos reportados a 7 de Abril de 2000.

## INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ORGANIZADA

**O** Executivo socialista deu luz verde, no dia 6, à proposta de lei da organização da investigação criminal.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, durante a reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, como habitualmente, em Lisboa.

Para o Governo, a garantia da segurança das populações e o combate à criminalidade exigem a clarificação, racionalização e operacionalização da organização da investigação criminal, no quadro do relacionamento entre as autoridades judiciárias, a quem cabe constitucionalmente a direcção da investigação e os órgãos de polícia criminal, por um lado, e entre estes, por outro.

Os ministros em reunião consideraram «desejável» lograr uma maior eficácia no combate à criminalidade, exigindo uma racionalização dos meios e a clarificação das funções atribuídas aos diferentes órgãos de polícia criminal, de acordo com o modelo mais adequado à natureza de cada uma das forças e à tipologia criminal: Assim, os governantes decidiram favoravelmente sobre a especialização da Polícia Judiciária (PJ) na investigação da criminalidade mais complexa que deve



estar a cargo de uma polícia científica; e sobre a valorização das competências de investigação criminal da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), para a criminalidade cuja investigação requer uma eficácia de proximidade. O diploma aprovado em Conselho de Ministros procede, pois, à definição da competência específica dos órgãos de

polícia criminal (PJ, GNR e PSP).

Compete especificamente à PJ:

- A investigação dos crimes cuja competência reservada lhe é conferida pelo presente diploma e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo;
  - Assegurar a ligação dos órgãos e autoridades de polícia criminal portugueses e de outros serviços públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal, designadamente a Interpol e a Europol;
  - Assegurar os recursos nos domínios da centralização, tratamento, análise e difusão, a nível nacional, da informação relativa à criminalidade participada e conhecida, da perícia técnico-científica e da formação específica adequada às atribuições de prevenção e investigação criminais, necessários à sua actividade e que apoiem a acção dos demais órgãos de polícia criminal.
- Constitui competência específica da GNR e da PSP, enquanto órgãos de polícia criminal, a prevenção e a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada à Polícia Judiciária; e os crimes cuja investigação lhe seja cometida pela

autoridade judiciária competente para a direcção do processo.

O diploma cria ainda um Conselho Coordenador composto pelo ministro da Justiça e pelo ministro da Administração Interna (que presidem), pelo director nacional da Polícia Judiciária, pelo comandante geral da Guarda Nacional Republicana e pelo director nacional da Polícia de Segurança Pública.

Ao conselho competirá dar orientações para assegurar a articulação entre os órgãos de polícia criminal; garantir a adequada coadjuvação das autoridades judiciárias por parte dos órgãos de polícia criminal; diligenciar junto do Conselho Superior de Magistratura e solicitar ao procurador-geral da República a adopção, no âmbito das respectivas competências, das providências que se revelarem adequadas a uma eficaz acção de prevenção e investigação criminais; apreciar regularmente informação estatística sobre as acções de prevenção e investigação criminais; e definir metodologias de trabalho e acções de gestão que favoreçam uma melhor coordenação e mais eficaz acção dos órgãos de polícia criminal nos diversos níveis hierárquicos.

## MULTAS PARA DISCRIMINAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 6, em Lisboa, um decreto-lei que regula a prevenção e a proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Este diploma vem regulamentar a lei n.º 134/99, de 28 de Agosto (que previne e proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica) apresentando, a título exemplificativo, o elenco de práticas discriminatórias que, a serem verificadas, constituem contra-ordenações puníveis com coimas adequadas e sanções correspondentes. O decreto-lei prevê as seguintes multas para a prática de qualquer acto discriminatório: quando praticado por pessoa singular - coima graduada entre uma a cinco vezes o valor mais elevado do salário mínimo nacional mensal, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber; quando praticado por pessoa colectiva de direito público ou privado - coima graduada entre duas e dez vezes o valor mais elevado do salário mínimo nacional mensal, sem prejuízo da responsabilidade civil ou da aplicação de



outra sanção que ao caso couber.

Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo são elevados para o dobro.

O diploma define ainda quais as entidades a quem devem ser comunicadas estas situações discriminatórias passíveis de coima, a saber, ao membro do Governo que tenha a seu cargo a área da Igualdade; ao alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial; e à Inspeção-Geral competente em razão da matéria.

## PROJECTO TRÓIA COM 40 MILHÕES DE CONTOS

O Governo socialista aprovou, quinta-feira, dia 6, em Lisboa, o contrato com o grupo Sonae para o desenvolvimento da Península de Tróia, que envolve 40 milhões de contos de investimentos e a criação de 2 180 postos de trabalho.

Na mesma altura foi ratificado o Plano de Urbanização de Tróia, aprovado pela Assembleia Municipal de Grândola em 30 de Setembro de 1999, que contempla o desenvolvimento turístico da Península. Os termos do contrato de investimento a celebrar entre o Estado e outras entidades públicas por um lado, e a Imoarea, Sonae SGPS, Sonae Turismo, Gest Holding SGPS, Solinca e Orbitur por outro, constam igualmente de uma resolução governamental. Segundo o comunicado oficial, o objectivo destas decisões é iniciar um novo ciclo de recuperação e consolidação da sociedade Torralta - Club Internacional de Férias, SA. O contrato prevê investimentos da ordem dos 40 milhões de contos e a criação de 2 180 postos de trabalho, que representam um acréscimo potencial de 8 por cento do emprego no conjunto dos concelhos de Grândola, Setúbal e Alcácer do Sal. Este contrato revoga o que tinha sido celebrado em Julho de 1997, com excepção do estipulado quanto à eventual

revisão do preço de compra e venda dos créditos do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (antes denominado Fundo de Turismo) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O novo contrato contempla a concessão em exclusivo da zona de jogo a uma sociedade denominada Imoarea e de exploração de uma marina na Península de Tróia.

A concessão da exploração de um serviço de transporte fluvial de passageiros, não regular e com fins turísticos, entre Tróia e Setúbal, com utilização dos terminais fluviais existentes em Tróia/Ponta do Adoxe e Setúbal, fazem parte do contrato agora aprovado.

Ao contrário do celebrado em 97, o novo contrato não concede quaisquer benefícios fiscais concretos, uma vez que estes vão depender da concretização dos diversos projectos que compõem o investimento definido.

Também ao invés do contrato de 1997, este também não concede quaisquer incentivos financeiros concretos, limitando-se a estipular que os projectos integrados no projecto de investimento podem ser objecto de candidatura à concessão de incentivos financeiros.

DEPUTADO JOSÉ BARROS MOURA

Declaração política

## O PEQUENO ESPÍRITO DE CAMPANÁRIO DA OPOSIÇÃO



O camarada José Barros Moura fez, no dia 5, no Parlamento, uma declaração política em que saudou a prestação de António Guterres e da presidência portuguesa

da União Europeia (UE) no contexto do Conselho Europeu Extraordinário sobre Emprego e da Cimeira África-Europa.

«O Conselho Europeu Extraordinário sobre Emprego, pela sua preparação e conclusão, confirmou a estatura política, a visão estratégica e a capacidade de coordenação de um grande líder europeu, António Guterres, num momento em que a construção política da Europa – depois da época dos Kohl, dos Mitterrand ou dos González – tanto carece de uma forte e mobilizadora visão do futuro», afirmou. Segundo Barros Moura, a cimeira de Lisboa fixou um objectivo estratégico claro para a

UE nos próximos dez anos: fazer dela a economia, baseada no conhecimento, mais competitiva e dinâmica capaz de um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos, e mais coesão social.

«De facto, não pode meter-se a cabeça na areia, continuando a reivindicar leis para defender um emprego evanescente, enquanto continua a acentuar-se a estagnação tecnológica da Europa e, nomeadamente dos seus países menos desenvolvidos», declarou.

Encetando uma reflexão institucional, o parlamentar do PS alertou para o perigo de retrocesso à intergovernamentalidade europeia e defendeu que «a Comissão e o Parlamento Europeu devem cumprir os papéis previstos nos Tratados, especialmente a primeira que tem de recuperar credibilidade, isto é, independência face aos grandes Estados

e aos interesses económicos privados».

«É também necessária uma prevenção contra a renacionalização de políticas que só poderia favorecer os países mais desenvolvidos», declarou.

«Uma autoridade política comum – o Conselho Europeu – decorrente do sufrágio democrático e escrutinável pelos cidadãos eleitores, começa a sobrepor-se à burocracia do pensamento único de ortodoxia liberal, e poderá impor uma regulação política aos mercados», adiantou, explicando ser isto «o que significa a proclamação do regresso ao pleno emprego e a fixação prévia de um objectivo político de um crescimento de 3 por cento ao ano».

Dispondo de uma estratégia, objectivos quantificados e de um método político, Barros Moura diz que agora é preciso passar à prática, o que exige o concurso empenhado dos Governos, das Instituições da UE, dos cidadãos e da sociedade civil. Falando sobre a Cimeira África-Europa, realizada no Cairo, a 3 e 4 deste mês, o deputado socialista frisou como este encontro, iniciativa de Portugal, fez inscrever e manter as relações com o continente africano nas prioridades da

agenda política da UE.

«A cimeira valeu pela sua realização e pelas suas conclusões – o Plano de Acção do Cairo e a Declaração do Cairo – que incluem um mecanismo de impulso e continuidade baseado em cimeiras de chefes de Estado e de Governo, reuniões ministeriais e num grupo bi-regional de altos funcionários», afirmou.

José Barros Moura disse ainda que a bancada socialista orgulha-se «de que o Governo do PS tenha, assim, traduzido em actos concretos de solidariedade e igualdade aquilo que noutros é mera retórica, quantas vezes de forte ranço neocolonial».

«Só a inveja, o provincianismo e a falta de fair play podem levar a oposição a ignorar ou desvalorizar realizações concretas que, prestigiando o Governo do PS e o primeiro-ministro, prestigiavam Portugal e reforçam a sua capacidade de intervenção internacional», sublinhou incentivando: «Um pouco mais de sentido de Estado e um pouco menos de pequeno espírito de campanário fariam bem à oposição e à sua capacidade de influenciar as políticas no nosso país».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MADEIROS FERREIRA

Jornadas Parlamentares do PS

## PELA UNIDADE COOPERATIVA NOS AÇORES



«O Governo da República e o Governo Regional (dos Açores), ambos de responsabilidade socialista, são uma garantia de progresso e desenvol-

vimento».

Esta foi a certeza expressa pelo deputado do PS José Medeiros Ferreira na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, que decorreu nos Açores, no dia 10.

Na opinião de Medeiros Ferreira, o Partido, enquanto factor de coesão nacional e como responsável pela nova fase da autonomia cooperativa, encontra nas jornadas parlamentares mais uma ocasião para demonstrar o que é possível ganhar em conjunto para o País.

Segundo o deputado do GP/PS, «A criação da Região Autónoma dos Açores (RAA) tem conseguido levar por diante o objectivo de um desenvolvimento equilibrado entre todas as ilhas».

«A autonomia é, assim, útil para o estado e para a necessária solidariedade inter-ilhas», disse.

Assegurando que foi graças à acção do PS que, desde as legislativas de 1995, se iniciou «o ciclo da autonomia cooperativa» como resultados positivos para ambas as partes, o parlamentar socialista frisou que «este papel de factor da coesão nacional desempenhado pelo Partido não tem sido suficientemente sublinhado pelos analistas, cientistas políticos e até pelos constitucionalistas, mas é sem dúvida um

dos maiores serviços que o PS tem prestado ao País desde sempre».

Na opinião de José Medeiros Ferreira, Portugal entra no século XXI com o «bem precioso da unidade político-administrativa do arquipélago dos Açores».

«É, aliás, dessa unidade derivada da autonomia regional que decorre agora a unidade estratégica do arquipélago», destacou, acrescentando que a unidade política da RAA, «foi reforçada por um círculo eleitoral único para a Assembleia da República que seria temerário desfazer, pela imagem identitária transmitida pelos mais poderosos meios de comunicação social como a RTP/A e a RDP/A».

Ressalvando que o bem precioso da unidade estratégica açoreana não é um do adquirido, o parlamentar do PS afirmou que «a unidade estratégica dos Açores tanto pode depender da mera evolução do contexto internacional, como ser reforçada por decisões políticas como aquela que esteve na origem da manutenção do Centro de Controlo Oceânico na ilha de Santa Maria, tomada pelo primeiro Governo da Nova Maioria presidida por António Guterres».

«Os Açores dão profundidade oceânica e atlântica à Europa e permitiram o reforço das relações bilaterais entre Portugal e países como os Estados Unidos e o Canadá», declarou, defendendo que agora é preciso «reforçar a sua unidade geoestratégica», um imperativo nacional para os próximos anos», tanto mais que os novos desafios colocam-se em espaços estratégicos futuráveis mais vastos como é o caso da União Europeia. MARY RODRIGUES

GP/PS

Voto de protesto e solidariedade

## APELO A ANGOLA

Os deputados socialistas Francisco Assis, José Barros Moura, Helena Roseta, Manuel dos Santos e Manuel Alegre, entre outros, subscreveram, no dia 5, um voto de protesto e solidariedade para com o jornalista angolano Rafael Marques e para com o jornal «Agora», considerando que o julgamento de ambos «decorreu sem respeito de garantias aplicáveis num Estado de Direito».

Assim, os parlamentares do GP/PS apoiaram a manifestação de solidariedade

da Assembleia da República para com o referido profissional da informação, «pela coragem demonstrada na defesa da liberdade de expressão».

O Parlamento apelou, pois, às autoridades de Angola, nomeadamente ao Supremo Tribunal, para a anulação das penas aplicadas e para a paz e reconciliação no país, nos termos das resoluções das Nações Unidas e no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. M.R.



## VOTAR EM CONSCIÊNCIA

O respeito pelo pluralismo de opiniões e pelo direito à livre consciência ficou mais uma vez provado no seio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) aquando da discussão plenária sobre os projectos de lei do PS e do Bloco de Esquerda (BE) sobre a liberdade religiosa. Numa declaração de voto subscrita, no dia 6, por 15 deputados da bancada socialista fica expressa a justificação para o voto de abstenção nos dois diplomas.

«É entendimento geral entre os signatário que, sem uma profunda revisão da Concordata datada de 1940, não haverá possibilidade real de legislar em matérias referentes às religiões em Portugal e às melhores condições para a laicização do estado, sem manter o regime interno e internacional de excepção para a Igreja Católica que vem da época de entre-as-duas-guerras», diz o texto.

Manuel Alegre, José Medeiros Ferreira, Jorge Lácio, Jorge Strecht Ribeiro, Maria Santos, Ricardo Castanheira, José Penedos, Luísa Portugal, Nelson Baltazar, e João Rui Almeida, entre outros, afirmam ter aprovado o projecto de resolução do GP/PS para que o Estado, ou seja, o Governo, adopte «as medidas necessárias e adequadas à abertura e realização, nos termos decorrentes da Constituição da República e do Direito Internacional do processo de revisão da Concordata de 7 de Maio de 1940».

Esta revisão da Concordata é, segundo sublinham, «necessária» e deve realizar-se antes da votação final global dos projectos de lei em discussão na altura.



É que estes diplomas, ressalvam, «foram apresentados sem um debate público sobre matérias tão relevantes para a sociedade».

«A nossa abstenção é também um modo de clamar pela necessidade prévia dessa auscultação das diferentes igrejas e de outras instituições que se sintam convocadas pelas matérias em causa»,

escrevem, concluindo que, remetido para o foro das consciências individuais, votaram de acordo com a interpretação que fazem dos Estatutos do Partido Socialista, dos princípios constitucionais e com o que entendem ser mais adequado à liberdade religiosa «que o PS sempre defendeu como parte integrante da própria liberdade».

E porque de liberdade se trata e com ela se age, a deputada socialista Ana Catarina Mendes apresentou, no mesmo dia, uma declaração de voto individual onde explica as razões que a levaram a votar favoravelmente o projecto de lei do PS e a abster-se na votação do diploma apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Recorde-se que ambos os documentos garantiam a liberdade religiosa. Mas, enquanto o projecto socialista subscrito por Vera Jardim adopta a filosofia de que o Estado deve promover e incentivar a opção religiosa de cada um, oferecendo-lhe condições para isso, o projecto do BE defende a total omissão do Estado nas questões religiosas.

«Dada a maneira como são desenvolvidas as opções de base de ambos os projectos, não me é possível dar a minha total adesão a nenhum deles», declara Ana Catarina Mendes, esclarecendo que não inviabilizou o diploma do BE e votou favoravelmente o documento do PS porque considerou que este último possuía «a melhor base para a discussão na especialidade».

Segundo aponta, o projecto do Bloco de Esquerda é «excessivamente radical quanto a alguns aspectos da sua opção de laicização do Estado».

Por seu turno, Ana Catarina Mendes escreve que o diploma socialista é um texto muito bem elaborado, embora registre ter encontrado «objecções importantes».

«A principal – refere – é a de não se ter levado até ao fim o imperativo constitucional de igualdade entre religiões».

MARY RODRIGUES

### AGENDA PARLAMENTAR

#### Quinta-feira, dia 13

A partir das 15 horas o Parlamento reunirá em plenário para uma interpelação ao Governo, requerida pelo PSD, sobre a política externa portuguesa com os PALOP's, nomeadamente em relação à República Popular de Angola.

As votações regimentais decorrerão, sensivelmente, pelas 18 horas.

#### Sexta-feira, dia 14

A Assembleia da República analisa, amanhã, a partir das 10 horas, seis propostas de resolução governamentais:

A primeira proposta aprova, para assinatura, o acordo entre Portugal e o Egipto sobre a promoção e protecção recíprocas de investimentos, assinado no Cairo, em Abril de 1999. O segundo diploma aprova a convenção entre Portugal e os Países Baixos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital, assinado no Porto, em Setembro do ano passado.

A terceira proposta de resolução aprova o acordo entre Portugal e a Letónia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias, e respectivo protocolo, assinado em Varsóvia, em Maio de 99.

O quarto documento aprova, para ratificação, a convenção entre Portugal e o Luxemburgo, visando evitar as duplas tributações e prevenir evasões fiscais relativas a impostos sobre rendimentos e património, assinado em Bruxelas, em Maio do ano passado.

O quinto diploma aprova, para ratificação, a convenção entre Portugal e Cabo Verde para evitar dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir evasão fiscal e respectivo protocolo, assinado em Paris, em Março de 1999.

A sexta e última proposta aprova, para assinatura, o acordo entre Portugal e a Bulgária sobre promoção e protecção mútua de investimentos, assinado em Lisboa, em Maio de 93, bem como o protocolo assinado em Sófia, a 30 de Março do anos passado.

### DEPUTADA HELENA ROSETA

### Requerimento

## ACUSAÇÕES SOBRE ABRAÇO POR ESCLARECER



A deputada socialista Helena Roseta apresentou, no dia 5, à mesa da Assembleia da República um requerimento onde solicita ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade esclarecimentos sobre a existência ou não de um relatório da Inspeção-Geral sobre a Abraço.

A parlamentar do PS deseja saber se tal documento foi efectivamente divulgado e em que moldes.

Helena Roseta pediu ao Ministério que lhe fosse facultada um cópia do relatório em questão e indagou ainda a possibilidade de existir mais algum documento relacionado com a actividade quer da Abraço quer dos seus dirigentes.

Recorde-se que este requerimento de Helena Roseta surge na sequência de

notícias sobre a associação Abraço, baseadas num alegado relatório da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho onde teriam sido proferidos «ataques graves e difamatórios» contra aquela entidade e contra a sua presidente, Margarida Martins.

Referindo a importância do «trabalho pioneiro» realizado pela Abraço na luta contra a Sida, o texto subscrito por Helena Roseta frisa a necessidade de uma maior transparência em matéria de utilização de donativos públicos ou privados e sublinha que «a publicação de meias verdades ou a divulgação de alegadas acusações não provadas, sem o devido direito de resposta e reposição da verdade, não podem deixar de causar sérios danos ao trabalho da associação Abraço e de ofender o bom nome de quantos nela colaboram».

M.R.



DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Política energética

## ROMPER COM A LÓGICA LIBERAL PURA E DURA DO CAVAQUISMO



Joel Hasse Ferreira afirmou no dia 5 de Abril, no Parlamento, que «os recentes aumentos efectuados nos preços dos combustíveis vieram confrontar esta Assembleia com a necessidade de encarar esta situação no mais amplo quadro da política energética, o que é política e economicamente correcto».

O deputado do PS lembrou que uma das linhas essenciais de clivagem entre os governos do PS e os do PSD foi a relativa ao gás natural.

Assim, frisou, na óptica do Governo do PSD «visava-se consagrar, com a estratégia então definida, a dualidade e o desequilíbrio entre litoral desenvolvido e interior cheio de carências, reforçando apenas a competitividade das empresas da faixa litoral Setúbal – Braga e abandonando nomeadamente o Alentejo, a Beira Interior e Trás-os-Montes à sua sorte. Estava-se na linha do cavaquismo puro e duro, desenvolvendo mais o que já está desenvolvido e deixando degradar mais o que já está carenciado. Era a aplicação pura e dura da linha liberal que representou uma das vertentes do cavaquismo».

Como sabemos, disse, «o Governo de António Guterres alterou esta situação, não por o primeiro-ministro ser de origem beirão mas por ser um homem justo e por o

Governo do PS e da Nova Maioria pretender um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do todo nacional».

É preciso, de facto, sustentou, «acabar também neste domínio com o que já há algumas décadas, estudiosos da sociedade portuguesa como por exemplo o prof. Sedas Nunes, caracterizavam como uma sociedade dualista. O desenvolvimento e os frutos do progresso têm que ser para todos e não apenas para uma elite ou para algumas regiões».

«E é isso que os sectores mais retrógrados do centro-direita português ainda não perceberam», acrescentou.

Centrando-se na «na momentosa e oportuna questão do aumento recente do preço dos combustíveis, na tripla óptica que deve ser encarada, a dos cidadãos consumidores, das empresas produtoras e de transportes e a da política energética, financeira e orçamental do Estado», referiu que «é neste contexto que se insere a necessária compensação em áreas industriais e dos transportes, para procurar ajudar não só a assegurar a competitividade dessas empresas como a reduzir o impacto dos preços dos seus produtos e serviços junto do cidadão comum».

Segundo Joel Hasse Ferreira, «a óptica e o interesse dos cidadãos consumidores deve ser obviamente respeitada e tida em elevada consideração. O que significa que se deve tornar patente para todos os

cidadãos consumidores as razões porque se procuraram estabilizar os preços durante um largo período de oscilação do preço do barril no mercado internacional e depois se procedeu a um aumento de uma só vez».

### Repto à oposição

O deputado do PS lançou então um repto aos responsáveis da oposição, «os que buzina e os outros», para que expliquem à Assembleia e ao povo «as opções de preço dos combustíveis que seguiriam. Porque não estamos no tempo do bacalhau a pataco nem da gasolina de borla. O povo entende-o mas quer que todos os responsáveis políticos, incluindo os da oposição, se expliquem».

Quanto à pretensão dos responsáveis do PSD para que o Governo elabore um novo Orçamento, poucos dias depois de ter sido aprovado nesta Assembleia o Orçamento de Estado para o ano 2000, o deputado do PS, entre outras considerações, que «no faz, pois, sentido, apresentar um Orçamento Rectificativo para confirmar o que já está previsto no Orçamento de Estado que a Assembleia aprovou em Março último».

Mais importante do que a própria evolução relativa euro-dólar, é, na opinião de Joel Hasse Ferreira, «a própria evolução do preço do crude».

«Conhecemos os elementos de evolução

mas também teremos de admitir que não é a pura lógica económico-financeira que domina a fixação dos preços do barril nos mercados internacionais. São factores de ordem política e social, de carácter geopolítico que têm em conta as relações de força existentes na cena mundial, as necessidades económicas reais e as vontades de afirmação política internacional dos decisores políticos e económicos dos Estados produtores de petróleo. Nem um anjo liberal, se o houvesse, diria que é a lógica económico-financeira a única a determinar estes preços no mercado internacional», sustentou.

A terminar, referiu que «os partidos da oposição têm que exprimir o que querem quanto à política energética. E isso ainda não é claro para todos! Não protestarem apenas contra os aumentos ou a sua graduação e oportunidade, mas clarifiquem a estratégia energética que propõem e a política de preços que preconizam».

Segundo sublinhou, «o Governo assumiu as suas responsabilidades. O GP/PS exprimiu as suas preocupações e as orientações que preconizamos».

«Ouvimos atentamente os protestos dos cidadãos, procurámos colaborar na resolução dos problemas emergentes e avançamos no sentido da concretização do nosso Programa sufragado, com as correcções e adaptações que se revelaram necessárias», disse. **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO JOSÉ PENEDOS

Política energética

## O CAMINHO DA LIBERALIZAÇÃO CONTROLADA DOS PREÇOS



«Os portugueses têm razão. Sempre o disse-mos, porque não dizê-lo hoje, sobre o aumento dos combustíveis?», afirmou no dia 5, na AR, o deputado do PS José

Penedos, considerando não ser despropositado «lembrar o princípio do debate sobre política energética que aqui tivemos em Janeiro passado, a propósito da saída da Petrocontrol, da Petrogal e da venda da sua participação na GALP à italiana ENI. Do que então falámos foi do papel crescente do mercado europeu na electricidade e no gás e das dificuldades de o nosso País, sem combustíveis fósseis e periférico, em posição geográfica e dimensão económica, face aos mercados de matérias primas energéticas, desenhar uma estratégia, isolado dos seus parceiros comerciais. Defendemos que uma autonomia mínima deveria passar por manter em mãos e território nacionais os centros de decisão estratégica».

Aparentemente, frisou, «todos convergem na conclusão, mas o caminho para atingirmos esse mínimo de autonomia não é consensual».

Assim, «há quem queira continuar a ver no Estado proprietário e interveniente a saída para todas as dificuldades. Também há quem perfilhe o Estado-mínimo mas goste de lembrar a ausência ou a falência da acção do Estado, quando convém».

«Nós somos pelo Estado aberto à realidade e ao desafio que temos e que é o de nos inserirmos como economia em integração e em competição, no espaço da União Europeia e contribuirmos para a concorrência deste com os restantes espaços económicos de referência na economia global. É um Estado que assume, em consequência, a distância em relação à propriedade de sectores ou empresas onde a noção de serviço público e utilidade geral podem ser mais eficazmente prosseguidos em parceria com a iniciativa privada ou mesmo com a propriedade privada subordinada à tutela de regulação por

entidades independentes», disse.

«Esta não é uma retórica reformadora. Esta é a via de modernização da economia, com o benefício repartido transversalmente, pela sociedade, desde os que empreendem e produzem até aos que consomem», acrescentou.

Relativamente aos combustíveis, o deputado do GP/PS recordou, entre outros aspectos, que «a manutenção do sistema de preços, pelo XIII Governo, teve sobretudo em consideração a necessidade do controlo da inflação. Como situação limite, registou-se a celebração do protocolo com as gasolinehas em meados de 1999, para garantia da estabilidade de preços em maré de alta sustentada do crude nos mercados internacionais», acrescentando que «a trajetória de baixa da inflação registada na nossa economia ganhou sustentação, resistindo agora melhor a um impulso de alta potencial que tenderá a ser absorvido nos limites previstos».

Depois de situar a política de preços seguida durante o mandato do XIII Governo,

sublinhou que «a estabilidade foi importante, como factor de convergência, na fase que atravessou a economia nacional, ao longo dos anos de 1996 a 1998, como anos decisivos para integrar a União Económica e Monetária e entrar no "Euro", em 1999. Foi o também como factor de confiança num período de incerteza».

O deputado do PS disse que «os preços dos combustíveis estão já liberalizados na generalidade dos países membros da União Europeia, embora persista uma certa dispersão de taxas de incidência fiscal, por razões próprias que têm justificado ou dificultado?, a harmonização fiscal. Para além de defendermos a prossecução desta harmonização, Portugal tem de encontrar, com oportunidade, o seu caminho para a liberalização controlada dos preços administrados».

José Penedos referiu ainda que «o PS apoiará o passo seguinte da oportuna flexibilização e liberalização controlada de preços», acrescentando que «os portugueses e a economia sairão a ganhar». **J. C. C. B.**

LISBOA

Ecofin

## APROXIMAÇÃO DE IMPOSTOS EUROPEUS DEU OS PRIMEIROS PASSOS

**O**s Quinze começaram no dia 8, em Lisboa, a ver «uma luz ao fundo do túnel» na espinhosa aproximação de certos impostos na União Europeia (UE), um passo fundamental para a sã concorrência económica e financeira no mercado único europeu.

Os progressos da posição britânica no processo de harmonização fiscal na UE, a par do optimismo quanto à «robustez» do crescimento económico europeu durante este ano e no próximo», salientou o titular português da Economia e Finanças, Pina Moura.

Falando na conferência de Imprensa final da reunião, o presidente em exercício do Ecofin salientou que os Quinze fizeram uma análise «determinada no que respeita à aceleração das reformas económicas, de modo a consolidar o crescimento económico».



da evolução das posições britânicas em relação à tributação das poupanças dos não residentes, no sentido de admitir o princípio da troca de informações quanto aos rendimentos gerados pelas mesmas numa base de reciprocidade.

Londres admite ainda a extensão deste princípio às obrigações internacionais (eurobonds), ultrapassando assim o isolamento das suas posições na cimeira europeia de Helsínquia, em Dezembro, quando defendia a exclusão destes títulos do âmbito da tributação das poupanças.

A nova postura dos britânicos gerou algum optimismo quanto ao encerramento deste «cossier» - que se arrasta desde 1989 - ainda durante a presidência portuguesa da União Europeia (UE), possivelmente na cimeira dos Quinze de Santa Maria da Feira que em Junho encerra o mandato de Lisboa à frente dos Quinze.

Os Quinze discutiram ainda as metodologias do Ecofin para aplicarem as decisões saídas do recente Conselho de chefes de Estado e de Governo de Lisboa, sobre o emprego e a nova economia, bem como as referentes à escolha do candidato à presidência do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) do Leste europeu.

Embora fontes da reunião tenham adiantado que a França pretende candidatar o presidente do Conselho Económico e Financeiro francês, Jean Lemierre, Pina Moura negou essa hipótese, tendo referido que apenas foi definido o processo de consultas, que terminará no início de Maio, antes do próximo Ecofin que decorre a 8 do mesmo mês, em Bruxelas.

ASSUNTOS EUROPEUS

Seixas da Costa refere

### LISBOA SUSPEITA DE INTENÇÕES DA PRESIDÊNCIA FRANCESA DOS QUINZE

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus manifestou-se no dia 8 convicto de que a próxima presidência francesa da UE fará chantagem com os Estados-membros pequenos para alcançar reformas nas instituições comunitárias favoráveis aos países grandes.

Seixas da Costa, que falava num seminário em Coimbra, admitiu que a França tente responsabilizar a provável oposição dos países pequenos a certas reformas institucionais pelo adiamento do alargamento da União Europeia ao Leste e às ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta.

«Os pequenos e médios países vão resistir (a reformas que os menorizem) e vão ser apontados como obstáculos» à adesão de outros países à UE, alertou o governante português que preside ao grupo de trabalho dos Quinze que está a preparar a reforma das instituições e do processo de decisões comunitário.

Para Seixas da Costa, é necessário que «todos (os países pequenos) saibam demonstrar isso» (a chantagem), para travar «a alteração dos mecanismos políticos decisores» que será tentada pela presidência francesa dos Quinze, a seguir à portuguesa.

«Esta é uma luta concreta que vai expressar-se no final da Conferência de governos dos Quinze (CIG)» que está a negociar a reforma institucional da União, observou o secretário de Estado.

Salientou que Portugal está mais próximo dos interesses dos países candidatos à adesão do que alguns parceiros comunitários.

#### Lamego elogia papel de Portugal na cooperação

O camarada José Lamego, ex-secretário de Estado da Cooperação do primeiro governo de António Guterres e secretário Internacional do PS, outro dos intervenientes, elogiou o «importante papel» que Portugal tem desempenhado «no reforço da cooperação da UE para o desenvolvimento» dos países mais pobres.

No entanto, realçou que a cooperação de Portugal ainda é feita de forma «muito bilateral e com falta de protagonismo».

O seminário, intitulado «As Prioridades da União Europeia no Dealbar do Século XXI», foi organizado pela Associação de Estudos Europeus de Coimbra, sediada na Faculdade de Direito.

Outro dos grandes temas desta reunião foi a primeira análise feita pelos parceiros comunitários sobre o trabalho efectuado pelo grupo de alto nível no âmbito do processo de harmonização fiscal na União Europeia (UE).

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Manuel Baganha, que preside ao grupo de alto nível, deu conta aos ministros

GRÉCIA

Eleições

### PASOK CONSEGUE TERCEIRA VITÓRIA CONSECUTIVA

O PASOK venceu pela terceira vez consecutiva as eleições legislativas na Grécia com 43,8 por cento dos sufrágios, ultrapassando a Nova Democracia (ND, direita), que obteve menos um por cento dos votos.

Apesar de ter vencido à tangente, o PASOK, graças ao sistema eleitoral existente, tem direito a 158 lugares no próximo Parlamento (de 300 deputados), o que não lhe trará problemas de maioria para governar.

Segundo analistas de todos os quadrantes, a vitória dos socialistas gregos é, acima de tudo, uma vitória pessoal do primeiro-ministro Costa Simitis.

A própria oposição reconhece-lhe o mérito do desenvolvimento económico alcançado. Em declarações à Comunicação Social, o



primeiro-ministro referiu que «se inicia um novo ciclo neste novo mandato do PASOK». Garantiu, ainda, que o novo Governo «trará mudança», ainda que mantendo os traços essenciais dos anteriores que trouxeram desenvolvimento e justiça social.

GENEVBRA

PNUD revela

## ERRADICAÇÃO DA POBREZA CUSTARIA UM POR CENTO DO RENDIMENTO MUNDIAL

**C**apitalismo - na sua versão mais selvagem, o neoliberalismo -, globalização, oligarquias, corrupção de elites dirigentes de alguns Estados, guerras, fusões, concentrações, desregulação, flexibilização, concentração da riqueza numa ultraminoria, predomínio do pensamento único, logo da economia única, entre outros factores, geram o alastramento da pobreza a níveis intoleráveis.

Os números da pobreza em todo o mundo, divulgados em Genebra pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), são impressionantes e escandalosos e estiveram em discussão no Fórum da Aliança Mundial das Cidades Contra a Pobreza (AMCCP).

Naquela cidade suíça, representantes de municípios de todo o mundo analisaram formas para erradicar a pobreza no mundo, que custaria 1 por cento do rendimento mundial e que, caso haja vontade política, poderia acontecer em duas décadas.

Os participantes na reunião tiveram por base alguns dados alarmantes.

Assim, um terço da população mundial sustenta-se com menos de dois dólares por dia (cerca de 410 escudos); nos países industrializados, mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo do nível de rendimento da pobreza, mais de cinco milhões não têm abrigo e 37 milhões são desempregados.



Nos países em vias de desenvolvimento, mais de 1000 milhões de pessoas carecem de habitação adequada e estima-se que 100 milhões estejam sem abrigo.

Mas há mais dados aterradoros: mais de 840 milhões de adultos são analfabetos, sendo que 538 milhões de mulheres constituem praticamente dois terços dos analfabetos adultos nos países em vias de desenvolvimento.

Obsceno e escandaloso, a merecer reflexão, inclusive dos adeptos das delícias da teologia do mercado, é a constatação de que, pasme-se, os três bilionários mais ricos do mundo possuem rendimentos mais elevados que o PIB (Produto Interno Bruto) cumulativo dos 48 países menos desenvolvidos e os seus 600 milhões de habitantes.

Por outro lado, os países menos desenvolvidos, com 10 por cento, da população mundial, têm 0,3 por cento do comércio mundial - metade da quota que tinham há duas décadas atrás.

Um quinto da população dos países em vias de desenvolvimento não tem expectativas de vida para além dos 40 anos de idade e 160 milhões de crianças são moderada ou severamente subnutridas e 110 milhões delas não recebem educação primária.

Nos países em vias de desenvolvimento, meio milhão de mulheres morre anualmente durante o parto - com um grau 10 a 100 vezes mais elevado que nos países industrializados.

Cada ano, sete milhões de pessoas morrem de doenças contagiosas curáveis e parasitárias, tais como a malária, diarreia e tuberculose.

**Há 110 milhões de minas por detonar em 68 países**

Enquanto os senhores da guerra enriquecem, cerca de dois milhões de crianças morreram como consequência directa de conflitos armados na última década, havendo 110 milhões de minas por detonar em 68 países.

As mulheres e seus dependentes constituem 80 por cento dos 18 milhões de refugiados em todo o mundo.

O efectivo alívio da dívida dos 20 países mais

pobres do mundo custaria 5500 milhões de dólares (cerca de 1155 milhões de contos), o equivalente ao custo da construção da Euro Disney.

Desde 1960, a taxa de mortalidade infantil nos países em vias de desenvolvimento foi reduzida em mais de metade.

Os valores de mal-nutrição decaíram quase um terço. A proporção de crianças fora da escola primária diminuiu de mais de metade a menos de um quarto.

O custo da erradicação da pobreza é de 1 por cento do rendimento mundial.

A pobreza extrema pode ser eliminada do mundo nas próximas duas décadas.

11 mil milhões de dólares (cerca de 2310 milhões de contos) são gastos anualmente em sorvetes na Europa. O fornecimento de educação básica a todos custaria 6000 milhões de dólares (cerca de 1260 milhões de contos).

Os gastos em defesa global constituíram, em 1995, cerca de 800 mil milhões de dólares (cerca de 168000 milhões de contos) - a Ásia gastou 15 mil milhões (cerca de 3150 milhões de contos), mais do que custaria anualmente para atingir a saúde básica e nutrição no mundo inteiro.

A África sub-saariana gastou 8000 milhões de dólares (cerca de 1.680 milhões de contos), mais ou menos o custo anual para obter acesso universal a água potável e saneamento em todos os países em vias de desenvolvimento.

ÁFRICA

ONU

## FAO ALERTA SOBRE EMERGÊNCIA ALIMENTAR EM 16 PAÍSES AFRICANOS

**U**m relatório da agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) alerta sobre a situação de emergência de que, por restrições alimentares, padecem 16 países africanos, afectando 16 milhões de pessoas.

Um relatório divulgado em Roma pela FAO dá conta das perspectivas das colheitas e produção de alimentos em toda a África Sub-Saariana.

Esta situação de emergência excepcional afecta por motivos vários Angola, Burundi, República do Congo (Brazzaville), Eritreia, Etiópia, Quênia, Libéria, Madagáscar, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia e Uganda.

A FAO constata que no Leste de África a ameaça da fome é mais grave em diversas zonas devido a há anos a chuva ser escassa, com a consequente perda das culturas agrícolas e numerosas cabeças de gado, o que provocou um défice alimentar

que afecta mais de oito milhões de pessoas na Etiópia e quase três milhões no Quênia. De salientar que os conflitos locais passados ou em curso obstam à produção e distribuição de comida, sendo a causa das deslocações maciças da população. As previsões meteorológicas apontam que a falta de chuvas continuará na actual estação, pelo que aumentará a necessidade de assistência humanitária.

**Necessário apoio maciço internacional**

Por este motivo, a FAO adverte no seu documento que só um esforço maciço internacional nos próximos meses em apoio das populações afectadas poderá amenizar o sofrimento humano e a perda de vidas.

O panorama também é desolador na zona dos Grandes Lagos pelas mesmas causas: no Burundi, a situação é particularmente

crítica para 800 mil pessoas deslocadas e refugiadas em acampamentos, com a agravante de que o governo começou a encerrar algumas dessas instalações.

No Congo, a desnutrição também se estende à população, designadamente nas áreas do Katanga e Kivu Sul, que se mantêm inacessíveis às organizações humanitárias devido à insegurança que as afecta.

Por seu turno, no Ruanda a situação melhorou quanto à produção de alimentos básicos, ainda que subsistam problemas de distribuição em vários pontos.

Um dos principais focos de atenção é Moçambique, gravemente afectado pelas fortes chuvadas que recentemente devastaram o país e onde a necessidade de socorro é premente.

Dois milhões de pessoas foram afectadas pelas inundações, as colheitas e cabeças de gado perderam-se, especialmente no Centro e Sul do país, em Maputo, Gaza,

Inhambane, Manica e Sofala, províncias onde já anteriormente havia restrições alimentares.

Também em Madagáscar se registaram nos últimos tempos fortes chuvas e ventos, que destruíram propriedades e bens a milhares de pessoas, forçando a população a deslocar-se, perdendo as casas.

A FAO considera que as perspectivas de produção de alimentos é satisfatória na generalidade no Botsuana, Malaui, África do Sul e Zimbábue.

Já não é o caso de Angola, onde continua a emergência alimentar para mais de um milhão de deslocados, enquanto milhares de pessoas procuram refúgio nas vizinhas Zâmbia e Namíbia.

Em contrapartida, os Estados da África Ocidental têm os mercados bem abastecidos, nomeadamente Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Mali, Maurítânia, Chade, Níger e Senegal, refere a FAO.

## O IMPERATIVO DA COOPERAÇÃO

**O Presidente da República quer que os portugueses tomem consciência de que só dependem de si próprios para consolidar o desenvolvimento do País até 2006. E que os apoios financeiros da União Europeia não são eternos.**

«N

ão podemos estar sempre dependentes dos outros». Foi com esta mensagem que Jorge Sampaio encerrou, quinta-feira, dia 6, a «Semana Aberta» dedicada à Fileira Florestal.

Em Coruche, Santarém, o chefe de Estado reafirmou que o volume dos fundos comunitários do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) constitui praticamente a «última oportunidade» dos portugueses para desenvolver o País e diminuir as assimetrias regionais.

«Raramente há ocasiões em que [o desenvolvimento e a justiça] passem tão por nós como desta vez», sublinhou Sampaio na sessão solene realizada na Câmara Municipal de Coruche - onde lhe foi oferecido um pé de sobreiro para plantar nos jardins do Palácio de Belém.

«As populações não querem o amanhã, querem o hoje e o hoje é que tem de ser encarado» - de forma construtiva, para «não se desperdiçar energia ou projectos» - na vigência do III QCA, enfatizou o Jorge Sampaio, no último dia da Presidência Aberta dedicada à Floresta.

Para o Presidente da República, é lamentável que Portugal, líder mundial na produção de sobreiros, não tenha conseguido criar até ao presente um organismo responsável pelo estudo da espécie e dos diversos aspectos que lhe estão associados.

Dai o apelo presidencial para que os vários agentes ligados ao montado de sobreiro sejam unidos e deixem de «estar agarrados aos pequenos poderes», que «proliferam em Portugal» nos mais variados sectores.

Foi também para a capacidade de organização que o Presidente apelou, um dia antes, na Sertã, a propósito da resolução dos problemas da floresta com base no consenso sobre a iniciativa imediata dos privados.

O chefe de Estado instou os proprietários a associar-se ou ceder a gestão dos seus terrenos para organizar a floresta e aumentar o rendimento resultante da sua exploração - impossível de concretizar quando há 25 mil parcelas na zona e onde as empresas locais já têm de importar madeira, observou.

### Em consenso e associação

Sampaio enfatizou também a importância da cooperação entre os Sapadores Florestais (dependentes do Ministério da Agricultura em termos operacionais e do Ministério da Administração Interna a nível



administrativo), os Bombeiros e os Clubes da Floresta (formados por jovens) para preservar o sector.

«Esta trindade é absolutamente crucial para a preservação da floresta», frisou Jorge Sampaio.

Em Prouença-a-Nova o chefe de Estado tinha já sublinhado a necessidade de haver «convergência de esforços e espírito associativo» entre os vários agentes que operam no sector florestal. O contributo da investigação científica para o sucesso da política e das acções florestais foi outro ponto destacado por Jorge Sampaio, na sua passagem pelo distrito de Castelo Branco.

Ainda durante a tarde de quarta-feira, dia 5, à chegada a Melriça, no concelho de Vila do Rei, Sampaio ficou a par das actividades geodésicas desenvolvidas no País pelo Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC). É nesta localidade onde se situa o Ponto Central de Portugal.

Em Melriça está também localizado um dos pontos da Triangulação Fundamental do País, sendo que o pilar aí instalado é «actualmente o ponto fundamental da Rede Geodésica Nacional (RGN)», segundo informações do IPCC.

A RGN foi criada nos finais do século XIX, tendo desde aí sido objecto de trabalhos periódicos de construção, conservação e observação.

A RGN é uma infra-estrutura pública de âmbito nacional, constituída por cerca de nove mil vértices, cujas coordenadas obedecem a padrões de precisão internacionalmente estabelecidos.

Nos últimos anos, o Instituto Português de Cartografia e Cadastro criou a Rede

Nacional de Estações GPS, que constituirá a base da futura rede geodésica virtual. Muito real e nada virtual é o conflito existente entre Portugal e os Estados Unidos sobre as rolhas para garrafas de vinho, um diferendo com o qual foi confrontado o chefe de Estado, no segundo dia da Presidência Aberta das Florestas.

Está em causa saber se as rolhas de cortiça - de que o nosso país é o maior produtor e exportador mundial - são melhores para vedar garrafas de vinho do que as de plástico, desenvolvidas por empresas norte-americanas.

A substituição das rolhas de cortiça pelas de plástico promovida pelos EUA, que deixa indiferente o mercado britânico, é o grande problema com que se defrontam os industriais corticeiros portugueses e que foi transmitido, na terça-feira, dia 4, em Santa Maria da Feira, Porto, ao Presidente da República.

Destaque-se a importância do sector corticeiro para a economia nacional. Nele estão empregadas 15 mil pessoas, existem cerca de 1100 empresas e, em 1999, foram produzidas receitas por exportação na ordem dos 150 milhões de contos.

### A ameaça do fogo

No distrito de Coimbra, especificamente na Lousã, Sampaio contactou com as modernas técnicas que fazem crescer a floresta e a defendem dos incêndios.

O Presidente visitou, na zona da Chã do Freixo, o Centro de Meios Aéreos do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), o Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros (ENB) e o Centro de

Operações e Técnicas Florestais, da Direcção-Geral das Florestas, situado a escassas centenas de metros do aeródromo.

Do terraço do Centro de Formação da ENB, Jorge Sampaio observou um simulacro de incêndio florestal em que participaram grupos de primeira intervenção (GPI's) e meios aéreos (helicóptero com brigada helitransportada).

Sampaio deslocou-se depois, a pé, ao Centro de Operações e Técnicas Florestais, onde assistiu a uma aula de formação, passando pela zona de floresta onde os sapadores procederam à recolha de amostras de vegetação.

A investigação científica dos incêndios florestais, apesar de não estar prevista no programa da visita, também mereceu a atenção do chefe de Estado na tarde de terça-feira.

Antes de partir para o aeródromo da Chã do Freixo, o Presidente foi recebido por jovens membros dos Clubes da Floresta das escolas do distrito de Coimbra e visitou exposições sobre a floresta realizadas por alunos dos estabelecimentos locais do ensino básico e secundário.

### O início da jornada

A madeira e o mobiliário, a pressão urbanística sobre o ambiente e o pinhal foram os temas que Jorge Sampaio abordou no primeiro dia do seu périplo pelas regiões Norte e Centro do País.

No início das Jornadas dedicadas à Floresta, chegado ao distrito do Porto, Sampaio começou o seu programa de deslocamentos em Lagares, com uma visita a um dos projectos de reforestação da mancha de pinhal do Douro Litoral, que no seu conjunto abrange uma área de 570 hectares e resulta da associação entre proprietários e juntas de freguesia dos concelhos de Penafiel e Paredes.

O projecto de Lagares tem uma extensão de 200 hectares, 80 por cento dos quais plantados com pinheiro bravo e o restante com manchas de pinheiro manso, sobreiro e carvalho nacional.

Foi aqui que o Presidente da República fez o discurso de apresentação dos objectivos da sua iniciativa, a segunda do género no último dos cinco anos do seu mandato.

O primeiro dia da semana dedicada às florestas, colocou o Presidente perante uma indústria de mobiliário em expansão, mas insensível ao ataque do *design* italiano e à agressividade comercial dos espanhóis.

A Presidência Aberta de Jorge Sampaio, que arrancou em Paços de Ferreira, a «capital do móvel» português, num dia dedicado ao «Pinhal, Madeira e Mobiliário e Agro-Floresta», visou «destacar a importância deste sector económico e social, muitas vezes esquecido», e contribuir para o debate «em torno do papel da iniciativa privada e das instituições públicas na melhoria do Ambiente».

MARY RODRIGUES



ANGOLA

Guterres promete

## RESPOSTA COM TODA A FIRMEZA A LUANDA

O primeiro-ministro, António Guterres, prometeu no dia 11 «agir com toda a firmeza» no caso de Portugal detectar uma alteração injustificada da política de Angola em relação a visitantes portugueses. «É necessário saber o que se passa e agir com toda a firmeza se verificar que houve uma atitude que não corresponde àquilo que é o bom estado das relações Angola/Portugal», disse António Guterres. «Se há uma alteração de política não compreensível, naturalmente ela deverá ser corrigida pelas autoridades angolanas», acrescentou o chefe do Governo, questionado sobre os últimos incidentes relacionados com cidadãos portugueses impedidos de entrarem Angola. No entanto, frisou, para que o Governo português «possa agir em conformidade» terá de apurar primeiro as causas do problema, «ver o que realmente se passou», precisou António Guterres, salientando ainda a frequência com que são retidos no aeroporto de Lisboa cidadãos estrangeiros, «inclusive angolanos» em situação irregular.



O ministro dos Negócios Estrangeiros «está a fazer neste momento um conjunto de diligências para obter um esclarecimento cabal desta situação», adiantou. «Não criando nenhuma polémica em relação a isso, agiremos, no controlo das

nossa fronteiras, com o mesmo rigor com que os nossos nacionais forem tratados nas fronteiras de outros Estados», adiantou António Guterres.

Em resposta a um pedido de explicações feito pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, instruído pelo primeiro-ministro, as autoridades angolanas dizem ter aplicado «medidas de controlo de fronteiras dentro do seu regular funcionamento».

O eurodeputado socialista António José Seguro, por seu turno, referiu que a proibição de Luanda à entrada de portugueses no território angolano, são factos que «apontam para actos de arbitrariedade que avolumam as dúvidas sobre a existência de um Estado de Direito em Angola».

### 12 cidadãos angolanos impedidos de entrar em Portugal

Entretanto, no dia 11, terça-feira, 12 cidadãos angolanos foram impedidos de entrar em Portugal e regressaram no mesmo dia a Luanda, como resposta às

dificuldades impostas por Luanda nos últimos dias à entrada de portugueses em território angolano.

O secretário de Estado adjunto do Ministério da Administração Interna, Manuel Diogo, explicou que o «Serviço de Estrangeiros e Fronteiras detectou 14 cidadãos angolanos em situação duvidosa quanto à legalidade dos documentos apresentados».

Desse grupo, apenas a dois foi permitida a entrada em Portugal.

Recorde-se que na passada sexta-feira 12 portugueses foram impedidos de entrar em Angola e no domingo 15 enfrentaram a mesma situação, alegadamente por não possuírem vistos de trabalho que possibilitassem a sua permanência.

A uma pergunta sobre a possibilidade de estes e outros recentes acontecimentos envolvendo Portugal e Angola gorarem os planos do MPLA para integrar a Internacional Socialista (IS), onde detém estatuto de observador, António Guterres referiu a inexistência de qualquer candidatura sobre a mesa do conselho da IS.

J. C. C. B.

COMUNIDADES

França

## LELLO HOMENAGEIA SOLDADOS PORTUGUESES MORTOS EM LA LYS

Uma homenagem aos soldados portugueses mortos na batalha de La Lys assinalou a visita, no sábado, dia 8, do secretário de Estado das Comunidades a França, seguindo domingo para Bruxelas.

José Lello presidiu, no sábado, à cerimónia religiosa em memória dos mortos na Batalha de La Lys, onde estão sepultados cerca de dois mil portugueses.

Nas cerimónias, que se realizaram nas localidades de Richebourg L'Aoulé e em La Couture, no departamento do Pas-de-Calais, no Norte de França, participaram autoridades civis e militares francesas, o embaixador de Portugal, Leonardo Matias, e o general Pires Mateus.

Milhares de soldados portugueses do corpo expedicionário sacrificaram as suas vidas em defesa da liberdade e da democracia, na Batalha de La Lys, no dia 9 de Abril de 1918, durante a I Guerra Mundial.

Depois da cerimónia, o responsável pela pasta da Emigração depositou uma coroa de flores no Monumento de homenagem aos soldados portugueses mortos nesta batalha, em La Couture.

Ao terminar a sua deslocação a França, José Lello visitou as instalações da Associação Familiar Franco-Portuguesa, em Tourcoing.

Nestas instalações estão ainda sediadas a



Associação Cultural e Tradicional de Organizações Portuguesas e a Associação Os Amigos de Guimarães e Vale do Ave.

### Lello e Vitorino condecorados

No domingo, o secretário de Estado das Comunidades seguiu até Bruxelas, onde foi condecorado pela Ordem dos Companheiros de S. Vicente, na Confraria dos Vinhos de Portugueses.

Juntamente com o camarada José Lello, foram igualmente condecorados o embaixador de Portugal em Bruxelas e o

comissário europeu António Vitorino.

A Confraria, da qual fazem parte empresários do ramo e personalidades nos sectores político e financeiro, foi fundada em Março de 1982 para promover e divulgar os vinhos de Portugal.

A inauguração da nova imagem consular

da Embaixada de Portugal em Bruxelas e encontros de trabalho com o ministro-presidente do Governo de Bruxelas, com o burgomestre de Ixelle e colégio de vereadores colocaram um ponto final na visita do secretário de Estado, que se saiu num enorme êxito a todos os níveis.

PESCAS

Modernização da frota

## REGIÃO NORTE: 151 PROJECTOS APOIADOS

A iniciativa comunitária Pesca está a apoiar 151 projectos de modernização da frota pesqueira na região Norte, num investimento global de cerca de 1,4 milhões de contos (sete milhões de euros), anunciou, sexta-feira, dia 7, o Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

De acordo com o Ministério, Matosinhos é o concelho com maior número de projectos em execução (54), seguindo-se Póvoa de Varzim (37), Vila do Conde (30), Viana do Castelo (23), Caminha (quatro) e Esposende (três).

O investimento global aplicado de 1,4 milhões de contos envolve incentivos

nacionais e comunitários de valor superior a um milhão de contos (cinco milhões de euros).

No âmbito do programa Pesca, que encerrou em Dezembro de 1999, foram aprovadas na região Norte 171 candidaturas, que abrangeram investimentos de 2,3 milhões de contos (11,5 milhões de euros).

Os restantes 20 projectos destinaram-se a apoiar actividades de transformação e comercialização de pescado, desenvolvimento da aqüicultura, modernização de equipamentos dos portos de pesca e acções de mobilidade profissional.



## Almodôvar

### Telefones nas escolas básicas

Por proposta da Câmara Municipal de Almodôvar, a Portugal Telecom (PT) está a instalar telefones em todas as escolas básicas e jardins-de-infância do concelho.

De salientar que os custos de instalação e funcionamento serão suportados pela autarquia.



### Computadores ligados à Internet

Numa fase posterior, o município de Almodôvar irá também dotar todos estes estabelecimentos de ensino de um computador com ligação à Internet. Assim, a autarquia proporcionará à população escolar um acesso ilimitado à informação que hoje em dia a Web disponibiliza.

## Cascais

### Sistema viário é prioridade para a autarquia

O presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, considera que o concelho está «urbanisticamente arrumado» e elegeu o sistema viário como a grande prioridade do seu Executivo.



O problema efectivo da vila de Cascais é o sistema viário «insuficiente», que merecerá um investimento superior a 20 milhões de contos (100 milhões de Euros), em vias que permitirão desviar o

trânsito do centro, garantindo ligação às principais entradas em Cascais, a auto-estrada e a estrada Marginal.

O ordenamento do estacionamento vai passar pela construção de vários parques, num total de 3200 lugares, desviando o trânsito da baixa e da zona histórica.

Respondendo a críticas da oposição do PSD, que afirma ser necessário parar de construir e fazer mais equipamentos, José Luís Judas afirma não se sentir responsável por faltar qualidade de vida em Cascais.

Garantindo que tudo o que pode ser construído está já praticamente definido, Judas aponta o dedo à oposição que agora o critica, dizendo que a maior parte dos licenciamentos foram aprovados por unanimidade.

Visitando uma das maiores urbanizações em construção no concelho, os Jardins da Parede, José Luís Judas admitiu ter licenciado um número maior de fogos (2100 no total) em troca de 1000 casas para realojamento.

O acordo com o promotor imobiliário assegura a construção dos fogos para o programa especial de realojamento (PER), além da urbanização incluir 4600 lugares de estacionamento, 128 mil metros quadrados de jardins e espaço para comércio.

Uma passagem desnivelada por baixo da linha ferroviária dará acesso à estrada Marginal e possibilitará a ligação viária entre a Parede e São Pedro, agora só possível pela parte norte.

### Judas prefere ter mais 2000 fogos que mil barracas

«Prefiro ter mais 2000 fogos que mil barracas», diz José Luís Judas, afirmando que o poder local as coisas se fazem muitas vezes com cedências aos urbanizadores, recusando a ideia do «milagre das autarquias», em que os problemas são resolvidos só à custa do orçamento.

Em troca de uma cota ou número de fogos maior, a autarquia pode ter uma estrada ou um equipamento que de outra forma não teria capacidade de custear. «Ninguém dá nada a ninguém», diz José Luís Judas.

Desde o início do mandato, a Câmara socialista aprovou licenciamentos para 8000 fogos, dois mil dos quais no âmbito do PER.

Segundo o presidente da Câmara, 85 por cento dos habitantes do concelho moram em vivendas unifamiliares e 90 por cento têm casa própria.

Em relação à falta de equipamentos apontada pela oposição, José Luís Judas respondeu que só com a entrada em vigor do Plano Director Municipal há três anos é que os urbanizadores estão obrigados a incluir equipamentos nas construções.

Por ter sido um dos últimos PDM a ser aprovado, o de Cascais é «especialmente exigente em termos de equipamentos», garante.

## Fafe

### II Jornadas de Educação com 300 participantes

Mais de três centenas de docentes dos diversos graus de ensino do concelho participaram nas II Jornadas de Educação de Fafe, que decorreram no dia 24 de Março, no Estúdio Fénix, sobre o tema «Escola: educar para a cidadania». Esta iniciativa foi promovida pelo pelouro da Educação da Câmara Municipal de Fafe.

## Felgueiras

### Expo-Felgueiras mostra potencialidades do concelho

A Câmara Municipal, em colaboração com a escola secundária de Felgueiras, organizou a Expo-Felgueiras, uma iniciativa que já vai na sua terceira edição consecutiva e que este ano teve a solidariedade como tema central.

A mostra, que se realizou nos dias 6, 7 e 8 de Abril, nas instalações daquele estabelecimento de ensino, teve como objectivo expor os trabalhos realizados pelos alunos no âmbito da área-escola e divulgar, ao mesmo tempo, as potencialidades e principais carências do concelho.

## Ovar

### Aprovados relatório de actividades e conta de gerência 1999

O Executivo da Câmara Municipal de Ovar aprovou por maioria, com a abstenção dos vereadores do PSD, o relatório de actividades e conta de gerência do município relativos ao ano económico de 1999.



De referir que 1999 foi o ano de maior realização física e orçamental de sempre do município de Ovar.

Com efeito, a realização física atingiu 95 por cento do total, sendo que todas as rubricas do plano de actividades tiveram uma realização física superior a 90 por cento.

## Penha de França

### Concurso de Quadras Populares

A Junta de Freguesia da Penha de França promove um Concurso de Quadras Populares aberto a todos os cidadãos, com valiosos prémios.

Segundo o regulamento, à disposição na sede da Junta, a classificação das quadras que deverão ser inéditas é feita em duas categorias de temas: quadras de tema alusivo à Penha de França (tema A) e quadras de tema livre (tema B).

Os interessados podem inscrever-se até ao dia 14 de Abril.

## Povoação

### IX Gala Regional dos Pequenos Cantores

Numa organização do pelouro da Cultura da Câmara da Povoação, realizou-se no sábado passado a IX Gala Regional dos Pequenos Cantores, com a participação de dez crianças concorrentes oriundas das Lages do Pico, Povoação, Santa Cruz das Flores, Praia da Vitória, Ribeira Grande e Ponta Delgada.

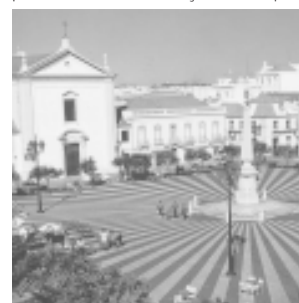
Esta Gala Regional contou ainda com a participação especial de crianças apuradas nos Festivais da Madeira e de Setúbal.

A Gala Regional Caravela D'Ouro, que faz o apuramento dos candidatos dos Açores aos Festivais da Madeira, Setúbal e Figueira da Foz, é considerado já um dos mais importantes certames da canção para crianças do País.

## Vila Real de S. António

### Espectáculo dos GNR

O grupo GNR actuou no sábado, dia 8, no Centro Cultural António Aleixo, em Vila Real de S. António, num espectáculo organizado pelo pelouro da Cultura e Educação da autarquia.



Este foi um dos primeiros espectáculos ao vivo após o lançamento do CD «Popless», a mais recente gravação da popular banda portuguesa, que está a comemorar 20 anos de carreira.

Deste CD é já célebre o tema «Asas eléctricas», conhecido do grande público através do telefilme «Amo-te Teresa», exibido no princípio do ano na SIC.

## CONCELHIA QUER «POLÍTICO EXPERIENTE»

**A** Concelhia do Porto do PS quer ser ela a escolher o candidato do partido à câmara portuense e pretende que ele seja «um político experiente que ganhe eleições», afirmou no dia 8 o seu presidente, camarada Orlando Gaspar.

«O essencial é ser um político experiente, porque o desempenho da presidência da Câmara do Porto é eminentemente político», salientou o camarada Orlando Gaspar, no final de uma reunião com o seu homólogo de Lisboa, camarada Miguel Coelho. Na reunião, a primeira que as duas estruturas realizaram e que teve lugar no Porto, as concelhias de Lisboa e Porto acordaram que ambas «assumirão as suas responsabilidades estatutárias e políticas de definição de estratégia, escolha de candidatos e coordenação da actividade do partido a nível do respectivo município, no momento certo e mais oportuno».

### Concelhias de Lisboa e Porto assumirão as suas responsabilidades estatutárias

Miguel Coelho realçou que «não há concelhias especiais», considerando assim que, apesar da sua importância política, os casos de Lisboa e Porto não competem à direcção nacional do PS mas às duas estruturas.



Os dois dirigentes concordaram, porém, que o «bom senso» obriga a que a situação seja alvo de «diálogo» para além das fronteiras dos respectivos concelhos.

Se em Lisboa Miguel Coelho diz que o problema do nome está resolvido, porque João Soares é «o candidato natural» do PS, no que toca ao Porto, Orlando Gaspar considera ser ainda «muito cedo» para discutir quem avança.

### Um candidato que ganhe eleições

Quanto ao perfil, limitou-se a considerar

que o candidato do PS terá de ser «um político experiente que ganhe eleições». «Estamos no momento das velocidades de cruzeiro. Isto é como as sementeiras e a fruta, que são colhidas na época própria», afirmou o camarada Orlando Gaspar. E afirmou que o PS «tem um presidente eleito no Porto dentro das suas listas», e que «a Concelhia tem obrigação de dar todo o apoio e solidariedade política a quem desempenha funções», frisando: «Isso tem uma contrapartida, que é a de que quem desempenha funções tem, como qualquer militante, deveres de

lealdade para com o partido».

Falou ainda da sondagem onde Nuno Cardoso aparece à frente do camarada Narciso Miranda e onde o líder da Concelhia aparece nos últimos lugares. «Como é que eu apareço como presidenciável? Essa é a grande novidade da sondagem», ironizou, para salientar que «o importante é que o PS continua a ganhar as eleições, como todas as sondagens, contra ventos e marés, indiciam».

Referindo-se a Luís Filipe Menezes, candidato à distrital do PSD, Orlando Gaspar considerou que ele corre dois riscos: «O de perder Gaia e não ganhar o Porto - isto se Durão Barroso o deixar candidatar-se a esta cidade.»

As duas concelhias acordaram ainda uma posição conjunta quanto à alteração da lei eleitoral autárquica, defendendo que ela deve «reforçar as assembleias municipais» e permitir que os executivos «deixem de ter uma lógica de funcionamento semelhante aos órgãos deliberativos». Miguel Coelho e Orlando Gaspar defendem também que os vereadores devem ser «eleitos de entre os membros da Assembleia Municipal», uma posição que ainda não é consensual dentro do partido, onde há quem defenda que o presidente de câmara deve ter direito de escolher os membros do seu executivo.

## IS lança campanha mundial de luta contra a pobreza em África

A Internacional Socialista (IS), reunida em Bruxelas nos dias 10 e 11, sob a presidência do camarada António Guterres, propôs no dia 11, último dia de trabalhos, a anulação, a partir de 2001, das dívidas dos países mais pobres do mundo, de forma a libertar as respectivas novas gerações do fardo que, em África, representa 60 por cento do índice de riqueza interna.

Para concretizar este objectivo, a IS pretende mobilizar e exercer pressão sobre a União Europeia, Estados Unidos, G8 e instituições financeiras internacionais.

A Internacional Socialista comprometeu-se também a lançar uma campanha mundial de luta contra a pobreza em África, cujas metas incluem aumentar para 75 por cento, por volta de 2003, a proporção de crianças escolarizadas.

O compromisso surge numa resolução adoptada em reunião do conselho da IS, em Bruxelas, presidida pelo secretário-geral da organização e primeiro-ministro de Portugal, António Guterres.

A construção de escolas primárias aproveitando os esforços desenvolvidos pela sociedade civil e pelas Organizações Não Governamentais em África é um dos objectivos fixados no documento, omissão quanto aos instrumentos que permitirão concretizar os planos da IS.

As outras prioridades da campanha para aproximar o continente africano do resto do mundo incluem a assistência financeira aos grupos sociais mais pobres e às populações rurais, a criação de condições para um forte crescimento económico e a melhoria do acesso aos serviços sociais (educação, saúde, infra-estruturas de abastecimento de água potável e luz).

A IS propõe-se ainda militar pela nutrição das crianças e mulheres africanas bem como pela informação e mobilização das populações.

### ENTRONCAMENTO

#### Boletim informativo

Saiu mais um número de «Entroncamento 2000», boletim informativo da Concelhia do Entroncamento.

Nas quatro páginas a cores, destaque para diversos artigos de opinião, entre os quais um do camarada Miguel Fontes, secretário de Estado da Juventude.

«As autarquias locais têm um papel extremamente importante no domínio das políticas de juventude, não sendo esse um papel concorrencial, mas complementar à acção do Governo», escreve o camarada Miguel Fontes.

### LEIRIA

#### Luís Pinto reeleito

O camarada Luís Pinto foi reeleito, por unanimidade, presidente da Comissão Política Concelhia de Leiria com a moção «Um PS forte no coração de Leiria».

Nas eleições para a Mesa da Assembleia Geral e para a Comissão Política Concelhia do PS/Leiria, realizadas no dia 8, o camarada José Alves foi igualmente reeleito presidente da Mesa da Assembleia Geral.

### SETÚBAL

#### Megajantar

O Secretariado da Federação Distrital de Setúbal do PS decidiu homenagear todos os militantes do distrito que desde há 25 anos assumem a sua militância partidária no PS, em torno dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, num megajantar presidido pelo coordenador da Comissão Permanente, camarada Jorge Coelho.

O megajantar realiza-se amanhã, dia 14, pelas 20 e 30, na «Tenda PS» montada proposadamente no parque José Afonso, em Setúbal.

De salientar que o megajantar realiza-se imediatamente após a inauguração das instalações remodeladas da Federação, às 19 e 30, e de uma homenagem a todos aqueles que já desempenharam o cargo de presidente desta estrutura.

O jantar custará 1500 escudos por pessoa e poderá ser reservado junto do presidente da Comissão Política Concelhia ou directamente para a Federação, através do telefone 265227998.

ANGOLA

Pedro Coelho

## CARTA ABERTA



**P**orque quem cala consente e porque convivo com o dr. Mário Soares desde que me conheço e com o seu filho João desde que nasceu, e a quem me une uma amizade e uma solidariedade política de longa data, decidi manifestar publicamente o meu repúdio pelas acusações reles que foram proferidas contra eles e que não foram de imediato desmentidas ou desautorizadas pelas hierarquias superiores de quem as proferiu.

No tempo do doutor Salazar fomos várias vezes confrontados com campanhas bem orquestradas de injúrias e calúnias dirigidas ao dr. Mário Soares.

Entendíamos a raiva dos delatores como uma manifestação de incapacidade moral para combater politicamente um dos seus mais perigosos opositores, recorrendo a métodos odiosos e indignos.

Ainda nos recordamos de ver pintadas nas paredes de Lisboa as frases assassinas de «Soares traidor», «Soares vende pátrias», e outros mimos de igual cariz. É curioso e ao mesmo tempo dramático de recordar, que a violência desta sanha persecutória por parte de pides, legionários e outros próceres do regime ditatorial, devia-se em grande medida às posições claras e inequivocamente anticolonialistas do dr. Mário Soares, defendendo e apoiando a luta de alguns dos quais que, agora a milhares de quilómetros de distância, impunemente

o ofendem ou se escondem num cúmplice silêncio.

Conhecemos bem o dr. Mário Soares e o dr. João Soares, e sabemos quanto imaginárias e insidiosas são as acusações formuladas. Seria mesmo tentador fazer um encolher de ombros e dizer a frase bem portuguesa e popular que "vozes de burro não chegam ao céu". No entanto a origem e tom destas atoardas não podem ser ignoradas e a própria figura institucional do dr. Mário Soares, ex-presidente da República, conselheiro de Estado e membro do Parlamento Europeu, exige de todos nós uma resposta sem hesitações.

O membro do Governo angolano que proferiu tais acusações ofendeu gravemente Portugal, e os portugueses exigem uma reparação por parte das autoridades angolanas, ao mais alto nível. Todos os que pactuarem com esta situação não são amigos de Portugal e não poderão esperar dos portugueses a mesma atitude de generosidade e solidariedade que nos é bem própria e tem sido sobejamente demonstrada no apoio aos nossos irmãos de Timor e de Moçambique.

Infelizmente, os dislates de políticos sem escrúpulos e capazes de tudo para atingir os seus fins acabam sempre por prejudicar os seus povos, em nome de quem tantas vezes falam.

Em Angola não vi nem raiva nem hostilidade contra o dr. Mário Soares quando, na sua

histórica visita como presidente da República, passeava nas ruas de Luanda em verdadeiros banhos de multidão. Não vi repúdio nem reserva na Assembleia Popular de Angola quando o dr. Mário Soares apelou para o bom senso e para a reconciliação dos anolanos, pela paz e pelo progresso do grande país irmão africano. Não vi ódio nem repulsa da parte do Presidente José Eduardo dos Santos, quando recebia no Futungo o dr. Mário Soares e a Senhora Dona Maria Barroso acompanhados por toda a delegação portuguesa.

Então porquê esta torpe campanha e esta atitude passiva de Luanda sobre uma matéria que só por gaffe pode ser considerada como *fait-divers*. A razão fundamental desta campanha deve-se ao facto de o dr. Mário Soares nunca ter abdicado em defender o direito dos povos à Liberdade e ter a coragem, mesmo correndo riscos pessoais e sujeitando-se a incómodos desnecessários, em denunciar ou alertar a opinião pública para os atropelamentos e violação dos direitos humanos.

Alguns políticos angolanos não perdoam a Mário Soares, e neste caso também ao seu filho João Soares, terem sempre pugnado por uma solução consensual em Angola, em que todas as forças políticas tivessem direito à sua expressão, na paz e na democracia, como único meio de terminar um conflito que parece não ter fim. Fingem ignorar o facto de ambos terem tomado uma clara posição

pública de repulsa quanto ao radicalismo e falta de humildade democrática de Jonas Savimbi ao não aceitar o veredicto popular das eleições angolanas, dando origem a mais uma crise que acabou em mais uma sangrenta e penosa guerra.

E como para a História convém registar alguns factos reais, pois a memória é curta, é bom relembrar aos nossos amigos angolanos, que nos momentos dramáticos que se viveram em Angola imediatamente após o 25 de Abril, Mário Soares, como secretário-geral do Partido Socialista, reafirmou ao presidente Agostinho Neto, e aos altos dirigentes do MPLA que o acompanhavam, na primeira sede do PS, em São Pedro de Alcântara, a nossa solidariedade e apoio na sua luta pela independência de Angola e no lugar que legitimamente lhes cabia numa Angola livre e democrática.

Estas verdades e outras similares custam a engolir a alguns ou são hipocritamente ignoradas pelos fundamentalistas de causas passadas e por alguns «cristãos novos», para quem até há bem pouco tempo o MPLA e os seus amigos eram uma espécie de encarnação do diabo ao vivo!

Se bem que Mário Soares esteja acima destas calúnias e o seu lugar na História esteja já bem definido, continua a ser uma pessoa humana e de bem, e como tal tem o direito de ser tratado e respeitado.

In «Diário de Notícias»

ANGOLA

Manuel Alegre

## NÃO FOI PARA ISTO QUE ESTIVE PRESO



**O**s que resistiram à ditadura perfilharam o princípio de que a liberdade e os direitos do homem são unos e indivisíveis e de que a luta pela libertação do povo português era inseparável do direito dos povos colonizados à autodeterminação e independência. Era no tempo das prisões sem culpa formada, da incomunicabilidade, dos julgamentos fantoches. O tempo em que muitos de nós éramos presos sem o mínimo de garantias de defesa. Eu, em 1963, em Angola. Jaime Gama, então jovem jornalista, uns anos depois, em Lisboa.

Como agora Rafael Marques, acusado de injúria e difamação ao Presidente de que não hesitou em expulsar o advogado de defesa. Um julgamento que originou um protesto da administração americana, preocupada com as «irregularidades do processo judicial» e com o facto de «críticos serem tratados como criminosos». Tal como outrora nos acontecia. A mim, em 63, em Luanda. A

Jaime Gama, mais tarde, em Lisboa.

O julgamento de Rafael Marques terminou pouco antes de começar no Cairo a primeira Europa-África, em grande parte fruto dos esforços de Jaime Gama. Uma cimeira de cuja agenda, por pressão europeia, faz parte a questão dos direitos do homem e do desenvolvimento da democracia em África. Que é precisamente a questão relacionada com o jornalista Rafael Marques. Não apenas um mero formalismo jurídico, mas uma questão política de fundo, que é a de saber se o seu julgamento e a sua condenação são compatíveis com a democracia, a liberdade de expressão, o Estado de direito.

Esta é a questão e nenhuma pretensa razão de Estado deveria impedir o ministro dos Negócios Estrangeiros português de a suscitar, tal como fez o seu colega britânico relativamente à repressão no Zimbabwe. A liberdade e os direitos do homem estão antes e acima das razões de Estado e

quaisquer outros interesses. Hoje como ontem. Ninguém o sabe tão bem como Jaime Gama, que foi um resistente ao fascismo e ao colonialismo e esteve depois na primeira linha do combate à deriva anarco-populista.

Não conheço pessoalmente Rafael Marques. Mas li e ouvi as suas declarações. Um homem com aquela coragem e uma tal inteireza de convicções não pode ser um jornalista menor, como tentaram convencer-nos. Já toda a gente percebeu que está ali um homem de antes quebrar que torcer. E que um homem assim tem muita força, é muito incómodo e pode transformar-se rapidamente num símbolo, mesmo que venham a fazer dele um mártir. Por isso foi tão leve a pena para tão pesada acusação. E por isso este é um caso que não pode ficar silenciado, sob pena de o tema dos direitos do homem não passar de retórica e hipocrisia para encobrir o que realmente interessa: negócios.

A ditadura fez da questão colonial um tabu. A democracia não pode fazer das relações com Angola um novo e insuportável tabu. Angola não é para nós um país qualquer. Não bastam relações de Estado a Estado. Falamos a mesma língua. Mas não só. A luta de libertação angolana contribuiu para a nossa própria libertação. E o nosso 25 de Abril foi decisivo para a emergência do Estado angolano.

Não temos que dar lições, mas também não temos que as receber. O que está em causa é o sentido da nossa política de cooperação e saber se há interesses que possam prevalecer contra os valores e calar a liberdade de crítica. A de Rafael Marques. E também a nossa.

Não foi para isto que estive preso em Luanda nos idos de 1963. Nem para este silêncio de agora que Jaime Gama foi preso por ter protestado quando era proibido protestar.

In «Expresso»





## AINDA A CIMEIRA DE LISBOA

**A** Cimeira de Lisboa sobre «O emprego, as reformas económicas e a coesão social: para uma Europa da inovação e do conhecimento» foi um acontecimento mediático, mas foi muito mais do que isso. Representou uma viragem em relação a cimeiras anteriores, uma mudança de estilo e de preocupações, visto que voltou a ser dado o primado à política e comprometeu os Quinze a adoptar uma estratégia comum e a seguir uma metodologia calendarizada de objectivos a levar por diante, recolocando o pleno emprego na agenda das preocupações europeias. O «pleno emprego» que, no pós-guerra, representou o grande triunfo das sociais-democracias europeias e que, em tempos de ultraliberalismo, parecia estar relegado para o «caixote do lixo» da História... Não admira, assim, que António Guterres se mostrasse eufórico: «O Conselho Europeu - disse - aprovou uma estratégia, um método de funcionamento revolucionário (sic!) e um vasto conjunto de medidas capazes de comprovar a determinação dos Quinze em transformar a Europa, em dez anos, na região mais competitiva e dinâmica do mundo, em crescimento, emprego e coesão social». Não é pequena coisa!

Na verdade, a cimeira, pelo simples facto de se ter realizado num clima de relativa consensualidade e de ter aprovado importantes medidas concretas na direcção referida, representou sem dúvida uma inovação, que se traduz numa vitória política pessoal para o seu principal animador, o presidente em exercício do Conselho Europeu. Por outro lado, diminuiu sensivelmente a visibilidade da Comissão - em favor do Conselho -, o que não será necessariamente uma boa coisa para o desenvolvimento político da União...

Todos os participantes reconheceram que a cimeira foi excepcionalmente bem preparada, dada a atempada elaboração de importantes documentos de discussão que facilitaram a tomada de decisões - trabalho em que se singularizou a antiga ministra do Emprego, dr<sup>a</sup>. Maria João Rodrigues, principal conselheira e colaboradora do primeiro-ministro português na preparação da referida cimeira. É certo, no entanto, sem ensombrar o clima geral de optimismo, que subsistem - e se detectaram a olho nu - ambiguidades entre os Quinze quanto ao que se entende por a expressão-chave da cimeira, algo equívoca, de «nova economia». É uma expressão que nos lembra o «slogan» de Tony Blair «new Labour» ou «novo socialismo». Será que a «nova economia» tem um sentido para Blair e Aznar e outro para Jospin ou para Guterres? Se assim é, em que consiste, então, em concreto? É o que resulta da globalização, com a leitura de lhe é dada pelos americanos? Ou, simplesmente, a inevitável adaptação da economia à revolução informática em curso? Ou será apenas a consequência



necessária da sociedade do conhecimento, que obriga a uma reciclagem permanente, a mais formação e melhor informação, para manter uma competitividade acrescida - o que implica necessariamente maior «flexibilização» do emprego ou dito por palavras claras: despedimentos, mais despedimentos, sempre que sejam necessários? E, nesse caso, como se comportará a «nova economia» face aos desempregados vítimas do progresso? Desinteressar-se-á deles, como velharias, excluindo-os da nova sociedade do conhecimento? Através da leitura das conclusões da cimeira verifica-se facilmente que os objectivos económicos - para estabelecer uma emulação salutar com o dinamismo económico americano (que coexiste com evidentes fragilidades sociais) - primaram sobre as boas intenções sociais. Blair, partindo do princípio de que haverá no espaço da União uma taxa de crescimento superior a 3 por cento, fez as contas e proclamou que, em dez anos, criaremos vinte milhões de novos postos de trabalho. É certo que o desemprego, nos últimos anos, tem descido significativamente na União. A Espanha é um bom exemplo disso - o que decerto terá contribuído para explicar a inesperada vitória que obteve Aznar nas últimas eleições. Mas quem nos garante que a previsão de Blair se irá confirmar? Quais foram os mecanismos criados pela cimeira que justificam tamanho optimismo em relação ao crescimento em flecha do emprego? A verdade é que ninguém mais falou na proposta de Jacques Delors relativa aos grandes trabalhos transeuropeus (caminhos-de-ferro, auto-estradas, aeroportos, etc.), esses sim, necessariamente criadores de emprego... Caíram em completo esquecimento!

Note-se, contudo, que não foi aprovado o indicado no projecto de resolução para reduzir o desemprego até 2010 para 4 por cento. E, quanto a medidas concretas sobre a garantia da segurança social, mandou-se um grupo de alto nível sobre protecção social para lançar um estudo prospectivo sobre a sustentabilidade das pensões e o futuro do sistema até 2020 (cujo primeiro relatório deverá ser apresentado até Dezembro de 2002). O menos que se poderá dizer é que se trata, aqui, ainda, de uma promessa sem conteúdo...

É certo que a dupla Chirac-Jospin, em nome da França, foi muito insistente quanto à definição de uma política social, para compensar o pendor demasiado liberal da cimeira. Por isso, prometeu que a prioridade absoluta da presidência francesa, que se segue à portuguesa, de Julho a Dezembro de 2000, consistirá na elaboração de uma «agenda social europeia», comprometendo-se a apresentar, na programada Cimeira de Nice (que terá lugar em Dezembro próximo), as medidas e o calendário para tal. O primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, apesar de conservador, também reafirmou a necessidade de reactualizar a Carta Social Europeia, de 1991, que tem andado um tanto esquecida. O que prova que, em tempos de globalização, algumas vezes os conservadores trocam com os socialistas e até parecem mais próximos das preocupações dos trabalhadores do que alguns deles...

É verdade que a Cimeira de Lisboa teve o grande mérito de ser diferente, inovadora e muito ambiciosa nos seus objectivos programados. Mas terá sido suficientemente realista? Só o tempo o dirá. Numa nota editorial de grande lucidez, o

director do «Público», José Manuel Fernandes, perguntou se não estávamos perante uma tentativa desaperada de realizar «a quadratura do círculo» ou, dito por outras palavras, de conciliar o inconciliável.

Por mim, acredito que seja possível encontrar um meio-termo razoável entre as exigências da competitividade, a emulação com a economia americana e a necessidade, para mim evidente, de conservar e melhorar o modelo social europeu e de manter o pleno emprego como meta insubstituível de justiça social. Mas reconheço que a porta é estreita, muito estreita. E o caminho é singularmente espinhoso e difícil. Houve talvez certo malabarismo, ou a ilusão de conciliar os contrários, não aprofundando intencionalmente as contradições e adiando o momento da verdade, na Cimeira de Lisboa? Parece-me claro, ou melhor, indubitável. Mas isso deve ser levado a crédito da habilidade política do presidente do Conselho de Ministros dos Quinze. Não representa, em si mesmo, um factor forçosamente negativo.

Num artigo de grande sentido crítico - bastante radical - dedicado à Cimeira Europeia, intitulado «Sombras em Lisboa», o conhecido politólogo espanhol José Vidal-Beneyto escreveu: «Querer substituir Keynes pelo trabalho flexível (precário) e defender o modelo europeu da economia social de mercado, com base na Internet, é fazer piruetas num trapézio sem rede». E adiante: «A proposta consistente de apelar à maleabilidade do mercado de trabalho, ao poder miraculoso da competitividade inovadora e à necessidade de reforçar a capacidade nacional das empresas, formulada há um ano por Blair e Aznar (o par, fruto do pensamento único, que substituiu as glórias de De Gaulle-Adenauer, Giscard-Schmidt, Mitterrand-Kohl) foi o credo inspirador da última reunião dos Quinze». Concluindo: «Sem dúvida que a sedução de Blair é muito mais eficaz que o chicote de Margaret Thatcher. Em ambos casos, porém, o que está em causa é o desmantelamento da Europa. Que na prática já começou». Será assim? Não creio. É óbvio que as contradições existem e podem ler-se em filigrana no jogo de equívocos que também foi a Cimeira de Lisboa. Mas, além de Blair, ouviu-se Jospin e alguns outros, mesmo conservadores, com preocupações diferentes. Porventura mais realistas e estimulantes. E há ainda a opinião pública europeia - os trabalhadores - que irrompem, mesmo sem serem convidados para a festa, e procuram afirmar-se. Como em Seattle. Esperemos que com outra coerência e menos folclore. Serão a alavanca necessária para não deixar morrer a esperança, mostrando que é possível - e necessário - superar as contradições. Nesta nossa bizarra sociedade de abundância, em que a pobreza alastra e a riqueza se concentra... In «Expresso»

## NOTÍCIAS DO PÓS-COLONIALISMO



**A** pesar de Portugal presidir este semestre à União Europeia, o que verdadeiramente preocupa os espíritos é o fantasma do luso-tropicalismo. Nada consegue erradicar esse veneno da alma portuguesa. Nem a descolonização nem quinze anos de Comunidade Europeia extirparam o corpo estranho alojado no imaginário nacional. Tudo pode correr mal nesse domínio sem que se chegue à conclusão de que se deve arrear caminho: desde as comemorações henriquinas há quarenta anos até à balbúrdia pós-referendo sobre Timor, prevalece o reflexo do "orgulhosamente sós". Se ninguém nos compreende, nem na Índia, nem no Brasil, nem em África, pois os culpados são os sinistros cínicos do mundo inteiro e uns centos de portugueses que por rara fatalidade se reuniram nos centros de poder. Não há ninguém que se não considere mais capaz e mais patriota do que o vizinho numa extensão interminável de pequenos assuntos sobre a nossa maneira de estar no mundo. E qualquer tentativa de revisão histórica esbarra em sucessivos muros de preconceitos. Durante estes anos considereei que os painéis pintados em 1940, em pleno período do mítico império colonial português, no salão nobre do Palácio de São Bento se quedavam apenas por inércia e alguma falta de coragem política. A traço grosso, retrata-

se uns "encontros de civilizações" capazes de afugentar os próprios "flechas" dos anos sessenta, quanto mais os nossos parceiros da CPLP de hoje. Não serviu de nada ter proposto em sessão plenária que aqueles painéis do meu conterrâneo Domingos Rebelo recolhessem condignamente a um museu nacional. Pelo contrário, foram recentemente restaurados para que nenhuma entidade estrangeira que visite a Assembleia da República deixa de reparar no modo como nos víamos por esse mundo fora. Espero que agora, depois da atitude da Igreja Católica sobre os "pecados históricos", alguma boa alma perceba o anacronismo. Como se não bastasse uma parte para dificultar o entendimento para o futuro, também não tem faltado o concurso de outras partes para criar os maiores embaraços ao período pós-colonial que atravessamos. Nesse particular têm-se distinguido negativamente alguns angolanos, já que os brasileiros se ficam pelas anedotas sobre o Joaquim e o Manuel. Com efeito, os intoleráveis ataques a Mário Soares e João Soares partem de um pressuposto muito generalizado entre os políticos angolanos sobre as personalidades públicas portuguesas que se pronunciam sobre o seu país: ou são clientes do MPLA ou são clientes da UNITA. Quem foi anticolonialista abomina também este pós-

colonialismo envenenado e calunioso. Para a UNITA, os governantes portugueses e outras entidades influentes são clientes do MPLA. Para o MPLA, qualquer cidadão nacional que se pronuncie criticamente sobre a situação em Angola é cliente da UNITA. Do meu ponto de vista, este pressuposto é intolerável e merece o mais vivo repúdio. Ora, a descolonização foi feita também para libertar Lisboa da teia tropical e dar-lhe aquela liberdade de acção que há muito lhe faltava e que a impedia, por exemplo, de ser a capital de um Estado membro da Comunidade Europeia. A "opção europeia" também se destinou a impedir que Portugal tivesse qualquer tipo de dependência em relação a algumas ex-colónias. As independências devem fazer-se sentir nos dois sentidos. O modelo Inglaterra-Estados Unidos não deve ser o paradigma das relações entre Portugal e Angola. Somos pequenos mas autónomos e soberanos e não podemos ser seguidistas em relação a nenhum poder exterior, mesmo que seja um CPLP. Mais de vinte anos de relações entre Estados membros das Nações Unidas deveriam ser o suficiente para ambos os lados terem encontrado o melhor modo para o plano bilateral funcionar sem excessivas intimidações. Desse ponto de vista, a República de Moçambique tem sabido

manter no plano devido a cooperação e a não interferência. Também apreciei muitíssimo o discurso do Presidente do Brasil na sessão solene da Assembleia da República. Perante uma assistência receptiva mas exigente, Fernando Henrique Cardoso produziu o melhor discurso político em português dos últimos dez anos. Quer os temas constando do relatório diplomático escrito, em que houve o cuidado de nomear pelo apelido os titulares portugueses dos órgãos de soberania, quer os temas suscitados pelo brilhante improviso não-de constar de alguma antologia sobre o pensamento político contemporâneo das relações entre Brasil e Portugal. O discurso do Presidente Henrique Cardoso sobre as relações entre o Estado-nação, a integração em espaços regionais mais alargados e a globalização revelou como se pode fazer a síntese entre o académico e o homem de acção. De certa maneira, foi a melhor resposta que já ouvi às questões colocadas por Jürgen Habermas nas suas reflexões sobre o pós-Estado-nação: quais os efeitos da mundialização na segurança jurídica e na eficácia do Estado administrativo, na soberania do Estado territorial, na legitimidade democrática do Estado-nação e na identidade nacional? Estes são na verdade os temas do futuro.

In -Diário de Notícias-

## ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

António Brotas

## SOBRE O VOTO DOS EMIGRANTES



**C**aro Alberto Martins, Vi anunciado na semana passada um encontro em Lisboa em que o Alberto Martins iria apresentar e discutir com militantes do PS a questão do voto dos emigrantes nas eleições presidenciais. Esta prática dos ministros do PS se reunirem com os militantes de base para discutir os principais problemas a seu cargo é importante e deve ser mantida e encorajada, mas pode, ainda, ser melhorada. Eu não pude ir ao encontro da semana passada onde gostaria de ter ido apresentar opiniões e ideias, mas, mais afastados do que eu, estiveram os militantes de fora de Lisboa e, mais ainda, os emigrantes a quem a reunião dizia directamente respeito. Sendo assim, envio-lhe a sugestão de, no futuro, o Alberto Martins (e outros ministros) encarregues de estudar questões de interesse para a comunidade e, em particular, substanciais alterações da legislação, convidarem os militantes e os cidadãos em geral e enviarem, por escrito, para o seu gabinete, ou para órgãos convenientes do PS, se possível antes das

reuniões como a referida, sugestões e opiniões sobre os assuntos em questão. Estou certo que um colaborador do ministro poderá, em muitos casos, recolher entre os textos enviados contributos com interesse. Parece-me ser esta uma maneira simples e viável de melhorar o relacionamento dos ministros com as bases do PS e a sociedade em geral. De momento, envio-lhe algumas opiniões sobre a questão do voto dos emigrantes: 1-O princípio da igualdade de todos os portugueses perante a lei deve ser mantido. Distingões que se baseiem em maiores ou menores contactos com a realidade nacional, ou interesse por ela manifestado nos últimos anos, parecem-me anticonstitucionais e susceptíveis de dar origem a situações altamente controversas e difíceis de avaliar. 2-O conjunto dos portugueses residentes no estrangeiro é difícil de definir. O seu número é certamente elevado. A lei definidora da nacionalidade portuguesa é bastante aberta: os filhos dos portugueses são portugueses, tendo muitos deles no estrangeiro dupla nacionalidade. Uma lei eleitoral aparentemente generosa

para os emigrantes, que lhes permita, por exemplo, votar por correspondência nas eleições presidenciais, seria, a prazo, *um terrível presente envenenado para a emigração*. Com efeito, tal lei, criando atrasos na contagem dos votos, dando origem, com facilidade, a dificuldades e abusos, e fazendo depender a eleição do garante da soberania nacional dos votos de muitos residentes no estrangeiro, muitos deles com dupla nacionalidade, que, em muitos casos, não conheceriam os candidatos, *daria inevitavelmente origem a leis restritivas da definição da nacionalidade portuguesa*. A primeira vítima seria a emigração portuguesa, que assim veria cortados e não estreitados os laços que a ligam ao País. 3-Neste contexto, uma lei que permita a eleição em território nacional, isto é, nas embaixadas e eventualmente nos consulatos, dos eleitores inscritos, que deverão receber pelo correio, enviada pela embaixada em condições de igualdade a propaganda de todos os candidatos, parece-me inteiramente razoável. 4-Mas algo mais pode ser feito pela emigração portuguesa.

Há portugueses residentes no estrangeiro, que podem estar no território nacional no dia da eleição, uns porque vivem perto, em Espanha ou em França. Outros porque vieram de longe, da Austrália ou da Argentina, em visita de sauidade, às vezes ao fim de dezenas de anos de ausência. A todos esses emigrantes presentes no território nacional no dia da eleição presidencial deve ser dado o direito e a possibilidade de votarem. É algo que pode ser feito de um modo fácil. Bastará apresentarem-se diante de uma secção de voto. Identificarem-se com o passaporte português passado no estrangeiro. Entregarem o voto num envelope fechado com a identificação no exterior. As mesas de voto enviarão, sem os abrir, os envelopes para um centro nacional onde será feito um controle para evitar duplicações e contados os votos de todos os portugueses da emigração presentes no dia do voto no território nacional. É algo que devemos aos portugueses da emigração: poderem-se sentir portugueses de pleno direito a exercer o seu direito básico no momento em que pisam território nacional.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Velharias em Albufeira**

A tradicional Feira das Velharias abre ao público no sábado, dia 15, no local habitual. «A palavra e o desejo» é o título genérico da exposição de pintura assinada por Neusa Amtsfeld, patente, a partir de sábado, e até ao dia 28, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

**Teatro em Almodôvar**

O Grupo de Teatro da Câmara Municipal leva a cena, no domingo, dia 16, pelas 21 e 30, a peça «O Pecado de Sofia». À mesma hora, mas na terça-feira, dia 18, poderá ouvir o Quarteto Lusitano e um dia depois, (19) não perca o espectáculo «Os Poetas Luso-Árabes», com o Grupo Eduardo Ramos e o Quarteto Atlântida.

**Recital em Amarante**

Numa organização da autarquia local, realiza-se no próximo sábado, dia 15, com início previsto para as 21 e 45, no Auditório da Cozinha dos Frades, um recital de piano com Jaime Mota. O programa do evento é constituído por quatro sonatas de Beethoven – op. 78, 79, 81 e 90.

**Óleos em Cascais**

O repórter fotográfico Rui Pacheco tem expostos, no Posto de Turismo, vários dos seus trabalhos de pintura, em óleo sobre tela, numa mostra que se manterá até dia 19.

**Livros em Coimbra**

A mostra de pinturas de José Monteiro intitulada «Biblioteca» encontra-se aberta ao público, na Biblioteca Municipal, a partir de segunda-feira, dia 17 e até ao dia 28. A partir do dia 19 e até 10 de Maio, Luciana Fina e Olga Ramos apresentam imagens e sons retrados do documentário «A Audiência», realizado em 1998. Trata-se dos «Encontros – histórias de ciganos entre nós», uma iniciativa a desfrutar na Sala da Cidade da Casa Municipal da Cultura. Até terça-feira, dia 19, terá oportunidade de visitar a Feira do Livro, na Praça da República.

**Filme em Fafe**

Este fim-de-semana poderá ver, no Estúdio Fénix, às 15 e 30 ou pelas 21 e 30, a película «Mal». «O Homem da Cruz» é a dramatização baseada em passagens bíblicas e a cargo de um grupo de crianças e adolescentes de Seidões, que poderá apreciar no domingo, dia 16, pelas 15 e 30, no Salão Paroquial de Seidões. A partir do dia 19 e até 3 de Maio os desenhos e pinturas de Fernanda Aguiar

estarão patentes ao público na Galeria Municipal.

A programação infantil da Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian inclui a exibição do filme «Alice no país das maravilhas», esta terça-feira, dia 18, às 10 e 30 e pelas 15 horas.

**Poemas em Faro**

Hoje, às 22 horas, poderá desfrutar do espectáculo «Música-Primitivo-Futurista Manual (o) Automático», no Instituto Português da Juventude. A partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 20, assista à película «Pokémon – O Filme», uma animação de Kunihito Yuyama em exibição no Cinema Santo António e no Golden City. O Ciclo de Palestras Astronómicas começa sábado, dia 15, às 21 horas no Centro de Ciência Viva. O tema será «O Sistema Solar». Na terça-feira, dia 18, será inaugurada, na Junta de Freguesia da Sé, pelas 9 horas, a mostra «Os Livros de Abril» – Poema, um lugar de liberdade.

**Concertos em Guimarães**

«Polifonia Portuguesa» é a designação do concerto de música coral que a que poderá assistir se passar hoje, às 21 e 30, pela Igreja da Misericórdia. Amanhã a Igreja de Santa Luzia será palco para um concerto a cargo dos North Brass, a iniciar-se pelas 21 e 30. Um dia depois poderá ouvir, à mesma hora, mas na Igreja da Misericórdia, um recital de canto do Grupo Coral de Ponte. A mostra de pintura de Álvaro Alexandre, «Eros», abre ao público no sábado, dia 15, no Hotel de Guimarães. Assista à mais recente realização de Tim Burton – «A lenda do cavaleiro sem cabeça», no Auditório da Universidade do Minho, esta terça-feira, dia 18, às 21 e 30.

**Blues em Lisboa**

Hoje, a Orquestra Metropolitana de Lisboa volta a actuar. Assim, pelas 19 horas, no Museu da Marinha, apresentam-se o Quarteto Olisipo, que interpretará Bartok e Dohnanyi. «Portugal e a Índia» é o título de uma

exposição fotográfica de Georges Dussaud, patente no Arquivo Municipal. A mostra pode ser visitada de terça a sábado, entre as 10 e as 19 horas.

Amanhã, às 21 e 30, no Centro Cultural de Belém, realiza-se um concerto de blues com Michael Hill's Blues Mob. Também amanhã, sexta-feira, estreiam os filmes «Dia de Folga», de Chris Koch; «Mansfield Park»; de Patrick Rozema; e «Summer of Sam»; de Spike Lee. A Orquestra e o Coro Gulbenkian apresentam-se, nos dias 18, 19 e 20, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, pelas 19 horas, num concerto dedicado à obra de Johann Sebastian Bach e que estará sob a direcção do maestro Michel Corboz.

**Dança em Portimão**

O Pavilhão Gimnodesportivo será palco, a partir de amanhã e até domingo, do Torneio Internacional de Ginástica Rítmica. No sábado, na sede do Sporting Glória ou Morte Portimonense, haverá um concurso de dança. A mostra «Cem anos de Banda Desenhada em Portugal abre as portas, na Sala de Exposições Temporárias do Museu, no sábado, dia 15, prolongando-se até ao dia 30. Encontra-se patente ao público, na Casa Museu Manuel Teixeira Gomes, até ao dia 1 de Maio, a exposição «Jovem Pintura Espanhola – Linguagens com Futuro».

**Conferência no Porto**

Num programa paralelo à exposição «Andy Warhol – A Factory», Jay Gottlieb recriará, ao piano, as obras de Philip Glass, John Cage, George Antheil e John Adams, este sábado, dia 15, pelas 21 e 30, no Auditório Serralves. Domingo, no mesmo local, mas às 17 horas, participe no Ciclo de Conferências «Música do Século XX – Balanços Parciais», onde Rui Vieira Nery falará sobre «Vanguardas, mercado e mestiçagens na música do século XX».

**Música em Viana do Castelo**

O I Festival da Primavera de Acordeonistas começa na noite de sábado, dia 15, no Teatro Diogo Bernardes de Ponte de Lima.

SUGESTÃO

**VOILÀ, VOILÀ**

Portas altas desenhadas com motivos geométricos bordados à mão. Uma mulher vestida de preto começa o seu canto. É assim que se inicia «Voilà, Voilà», uma continuação do trabalho de recriação da memória sobre o passado de um país que, apesar de fustigado por uma guerra, conservou através dos seus artistas populares, uma cultura fundamentalmente rural que se nos oferece em riqueza musical e poética encantatória.

Ea Sola regressa ao Grande Auditório da Culturgest, amanhã e no sábado pelas 21 e 30, com uma obra sobre um Vietname inesperado. De novo a coreógrafa foi às fontes musicais vietnamitas, ao canto *cheo*, ao *tuong* (espécie de ópera estilizada) e ao *trú* (arte intimista do século XI) buscar os suportes artísticos para criar uma dança onde está presente o seu grande amor pelas pessoas do seu país.

Não se trata de folclore exótico, «Voilà, Voilà» é um espectáculo tão novo e, ao mesmo tempo, incute o sentimento de serenidade que há no ancestral das suas raízes. Inserido no âmbito do Festival Extremos do Mundo, «Voilà, Voilà» é, simplesmente, um espectáculo a não perder.

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**Nova Florbela**

*Se acaso perguntarem quem sou eu, firme, responderei sem hesitar que a mulher que, de versos, a sonhar e tudo o que, no mundo, já sofreu...*

*Sou quem, por duas vezes, renasceu... uma canção de amor a relembrar aquela cuja vida foi cismar, que tudo quanto amou... tudo perdeu!...*

*Tornei a vir, mas sou saudade antiga dessa que é minha irmã e minha amiga... Sou a reencarnação... a sombra dela...*

*Meu nome é, como o seu, um sopro lento: Poesia em som e cor e movimento... Sou outra «Irmã-Soror», Nova Florbela!...*

**Fátima Pitta Dionísio**  
In «Amar em memória» (Sonetos) Editora Espaço XXI, Funchal, 1999

TEATRO

**Escola da Noite**

*Além as estrelas  
são a nossa casa*  
de Abel Neves

Estreia: 13 de Abril, Coimbra Espectáculos: de quarta a sábado, 21h30



## DESENVOLVIMENTO QCA E GRÉCIA

**1.** A conjuntura económica portuguesa indicia uma possível melhoria das perspectivas do crescimento económico, segundo as próprias previsões da Comissão Europeia. A necessidade de continuar a impulsionar o crescimento económico, para nos aproximarmos do nível médio europeu, mantêm-se como uma linha estratégica essencial do governo Guterres, em contradição com a prática dos últimos anos da governação de Cavaco Silva.

2. A entrada em vigor do 3º Quadro Comunitário de Apoio, apresentado por Cravinho e negociado por Elisa Ferreira evidenciou o enorme esforço que irá ser

feito para consolidar o desenvolvimento de todas as regiões do país, com critérios de discriminação positiva a favor das regiões mais carênciadas, sem negligenciar alguns dos decisivos motores económicos da sociedade portuguesa, localizados nas regiões mais desenvolvidas. De hoje até 2006, Portugal disporá de uma oportunidade decisiva, em boa parte graças aos resultados obtidos por Guterres na Cimeira de Berlim, para vencer os desníveis de rendimento face à Europa mais desenvolvida. Nomeadamente porque dispõe deste 3º QCA, de uma política clara de investimento e de um governo que quer uma país equilibrado e harmoniosamente desenvolvido.

3. A vitória do PASOK nas recentes eleições gregas vem não só manter o claro peso hegemónico dos socialistas democráticos nos Governos da União Europeia, como assegurar o espaço político para a resolução a prazo do problema da paz em Chipre (e da própria adesão do Chipre à União Europeia). Para além disso, ajuda a garantir as melhores condições políticas para a participação, a breve prazo, da Grécia no espaço do EURO. Uma política sólida e razoavelmente credível permitiu, apesar do reforço da oposição, a manutenção no poder dos socialistas gregos. Do caso grego, como de outros, há lições a extrair.

«O racismo é a expressão mais selvagem e primária da intolerância»

**Pedro Bacelar de Vasconcelos**  
Diário de Notícias, 9 de Abril

«Quem não se lembra desse Portugal ainda tão próximo e actuante, onde as mulheres sérias não entravam num café(...), qualquer perturbação se explicava pela interferência de agentes subversivos ao serviço de potências estrangeiras e onde os nacionalistas africanos, esses, não passavam de terroristas sanguinários... e ingratos?»

**Idem, ibidem**

«Sou uma pessoa tolerante, mas acho que devemos ser intolerantes com a discriminação»

**José Leitão**  
Diário de Notícias, 9 de Abril

«Não conheço pessoalmente Rafael Marques. Mas li e ouvi as suas declarações. Um homem com aquela coragem e uma tal inteireza de convicções não pode ser um jornalista menor, como tentaram convencer-nos»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 8 de Abril

«A ditadura fez da questão colonial um tabu. A democracia não pode fazer das relações com Angola um novo e insuportável tabu»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17, Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17, Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X;  
Registo no ICS nº 106395

**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz